

PARÁ Industrial

FEVEREIRO / MARÇO 2011 • ANO 4 • EDIÇÃO 15

PETRÓLEO NO PARÁ?

INDÍCIOS DA PRESENÇA DE HIDROCARBONETOS NA COSTA OCEÂNICA PARAENSE REACENDE A ESPERANÇA DO ESTADO FIGURAR ENTRE OS GRANDES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO MUNDO

⇒ **ENTREVISTA**

Governador Simão Jatene garante apoio à indústria





QUEM ESTUDA CRESCER.

OS CURSOS DO SESI LEVAM O
CONHECIMENTO ATÉ VOCÊ.

Horários de aulas flexíveis e programas de ensino adequados às suas necessidades. Assim são os cursos do SESI de capacitação e ensino fundamental e médio para jovens e adultos. E o melhor: seja qual for o setor da indústria no qual você trabalha, o SESI está pronto para abrir as portas do conhecimento e aumentar ainda mais a sua qualificação profissional.

Para saber mais:
www.sesipa.org.br
91-4009-4921



SUMÁRIO

FEVEREIRO / MARÇO 2011



26 Depois de algumas pesquisas frustradas em território paraense, a Petrobras retoma os estudos para encontrar hidrocarbonetos na chamada Bacia Pará-Maranhão.

14 A Agenda Legislativa da Indústria relaciona proposições essenciais para assegurar a competitividade do parque produtivo nacional e, conseqüentemente, local.

16 Em sua décima edição, a Feira da Indústria funciona não só como uma vitrine do setor produtivo, mas como uma ponte entre as empresas da região.

20 Práticas responsáveis para minimizar os impactos ao planeta causados pelas tecnologias em geral. Esse é o objetivo da TI Verde, tendência entre as empresas.

24 Estaleiro paraense vence concorrência para produzir barças para subsidiária da Vale do exterior, e dá novo fôlego para a construção naval no Estado.

32 Porque investir na qualificação no interior do Pará

36 Núcleo de Inovação Tecnológica incentiva a modernização

40 Campanha leva orientação sobre Aids às indústrias

SEÇÕES

- ⇒ **Editorial**
Pg. 5
- ⇒ **Radar da Indústria**
pg. 6
- ⇒ **Diretos e Deveres**
pg. 35
- ⇒ **Vida Corporativa**
pg. 46

ARTIGOS

- ⇒ **Gerson Peres**
Pg. 23
- ⇒ **Rita Arêas**
pg. 43



FAZER VALER A COMPENSAÇÃO PREVISTA PELA LEI KANDIR SEMPRE FOI UMA BANDEIRA DE MEU PRIMEIRO GOVERNO E CONTINUARÁ SENDO."

ENTREVISTA com o governador do Pará, Simão Jatene
PÁG.10

**DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ / FIEPA
QUADRIÊNIO 2010/2014**

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Shydney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente
Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
Manoel Pereira dos Santos Júnior
Nilson Monteiro de Azevedo
Roberto Kataoka Oyama
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Hélio de Moura Melo Filho
José Maria da Costa Mendonça
Luiz Otávio Rei Monteiro
Juares de Paula Simões
Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima
Antonio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Rita de Cássia Arêas dos Santos
Cezar Paulo Remor
Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
Solange Maria Alves Mota Santos
André Luiz Ferreira Fontes
Raimundo Gonçalves Barbosa
Frederico Vendramini Nunes Oliveira
Darci Dalberto Uliana
Fernando Bruno Barbosa
Neudo Tavares
Armando José Romanguera Burle
Paulo Afonso Costa
Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu e Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
João Batista Correa Filho
Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:
José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:

Shydney Jorge Rosa
Gualter Parente Leitão
Manoel Pereira dos Santos Júnior



**FEVEREIRO / MARÇO 2011
ANO 3 • EDIÇÃO 15**

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA / SESI / SENAI / IEL)



PRODUÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865
Edifício Síntese 21 - 12º andar
Bairro São Brás | Cep: 66040-100
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro
Edição: Camila Gaia
Projeto gráfico: Calazans Souza
Tratamento de imagem e diagramação: Calazans Souza e Julio Brasília
Reportagens: Adriana Ferreira, Alessandra Barreto, Camila Gaia, Débora Mcdowell, Fabrício Gesta, Jones Santos, Lorena Nobre, Nathalia Petta, Tiago Chaves e Yuri Age
Foto da capa: Divulgação/Petrobras
Revisão de texto: Karlene Monteiro
Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
Walkiria Medeiros – walkiria@temple.com.br
(91) 3205-6526 / 3205-6500
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 15.000 exemplares

** As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.*



A UNIÃO DO SETOR PRODUTIVO E A FORÇA DAS MICRO E PEQUENAS

JOSÉ CONRADO SANTOS
PRESIDENTE DO SISTEMA FIEPA

O início de 2011 foi marcado por uma importante conquista do setor produtivo paraense. A iniciativa privada retoma o comando da maior entidade brasileira voltada ao fomento das micro e pequenas empresas: o Sebrae. Isso quer dizer que a iniciativa privada volta a conduzir as ações para o quadriênio 2011/2014. Ao assumir a presidência do Conselho Deliberativo Estadual (CDE) do Sebrae - juntamente com os integrantes da nova diretoria - pretendo centralizar esforços para a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, um importante instrumento jurídico para a consolidação e expansão deste setor da economia paraense.

Como em todo o Brasil e na grande maioria dos países em desenvolvimento, as micro e pequenas empresas representam grande parte do número total de empreendimentos existentes na economia. No Pará, esta realidade chega a superar 90% do total de empresas instaladas neste Estado. São aproximadamente 476 mil, sendo que mais de 85% delas estão na informalidade. E é para reverter a ilegalidade no setor que pretendemos priorizar, neste ano, que a totalidade ou maioria dos 144 municípios paraenses possam aderir a Lei Geral. Atualmente, pouco mais de 50 cidades paraenses têm este benefício.

Nossa meta para este ano terá ações reforçadas tanto do lado da iniciativa privada quanto do governo. O Sebrae tem um importante diferencial que o destaca das demais entidades: sua pluralidade. O CDE garante assento tanto para as instituições bancárias, os agentes indutores do desenvolvimento; o Sebrae Nacional, que garante a unicidade e padronização das ações e programas; governo do Estado, relevante parceiro para fazer com que as ações da entidade cheguem até a ponta; e a iniciativa privada, que desde 1990 mantém o Sebrae e estimula a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas, além de promover o empreendedorismo.

É importante termos clareza que juntos, micro, pequenas, médias e grandes empresas, podemos somar esforços para o desenvolvimento de nosso Estado. Até 2014, o Pará receberá um volume de recursos superior

a R\$ 100 bilhões. São grandes empreendimentos que irão gerar um impacto positivo na cadeia produtiva, criando novos empregos e mais do que isso, estimulando as micro e pequenas empresas a se tornarem fornecedoras destes significativos investimentos que estão instalados ou em fase de instalação no território paraense.

A nova diretoria do Sebrae fortalecerá toda e qualquer empresa comprometida com o desenvolvimento do Pará, independente do segmento que ela pertença. Não teria sentido estimularmos um determinado ramo do setor produtivo em detrimento de outro. O produto que sai do agronegócio precisa ser industrializado para depois ser comercializado, o que também depende diretamente do setor de serviços.

É hora de mostrarmos o potencial da empresas paraenses sejam elas micro, pequenas, médias ou de grande porte. Defendo e sempre defenderei a união das entidades de classe e do setor produtivo. Juntos, podemos fazer a diferença. É o setor privado o grande responsável pela geração de empregos e renda no Estado.

Com recursos financeiros, adequação às inovações tecnológicas, qualificação e a força do empresariado local, conseguiremos internalizar os investimentos que estão chegando a nosso Estado. Mas acreditem, nada cairá do céu. É hora de muito trabalho para que as empresas genuinamente paraenses se adéquem ao padrão de excelência e exigência dos grandes empreendimentos industriais, vindo a serem as fornecedoras de produtos e serviços e, com muito trabalho, ganhar até mesmo robustez para de micro tornarem-se macro.



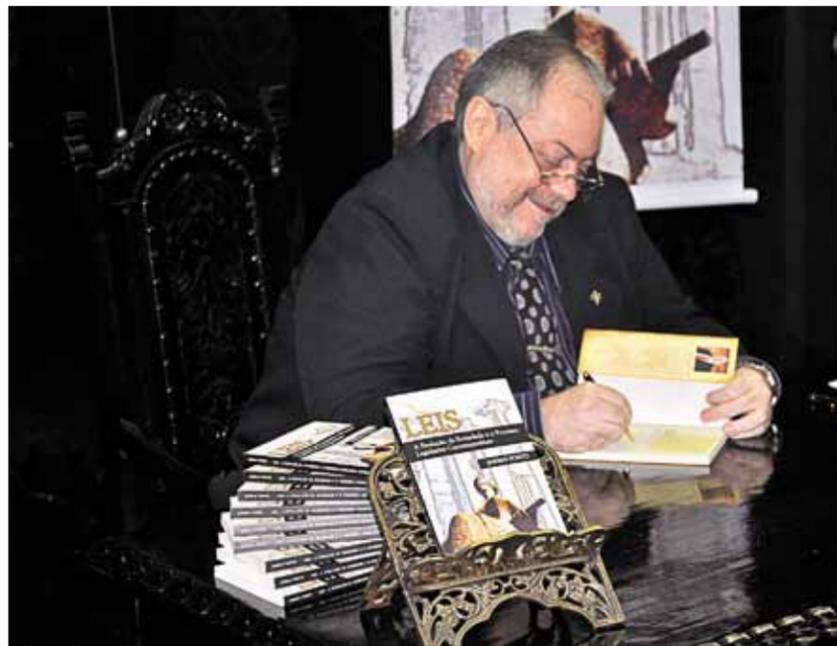
FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
(91) 4009-4900 / 3224-1995
Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br



Siga o nosso perfil
[@sistemafiepa](https://twitter.com/sistemafiepa)



PROCESSOS LEGISLATIVOS SEM MISTÉRIOS

O consultor legislativo da Fiepa, Jarbas Porto, reuniu empresários, representantes de entidades de classe e profissionais da área jurídica para o lançamento de seu livro "Leis: A Evolução da Sociedade e o Processo Legislativo Contemporâneo". Durante a sessão de autógrafos, que ocorreu no hall do edifício sede da Casa da Indústria, em Belém, o autor recebeu muitos elogios pela escolha do tema. O jurista Zeno Veloso, um dos mais respeitados do país, assina o prefácio da obra.

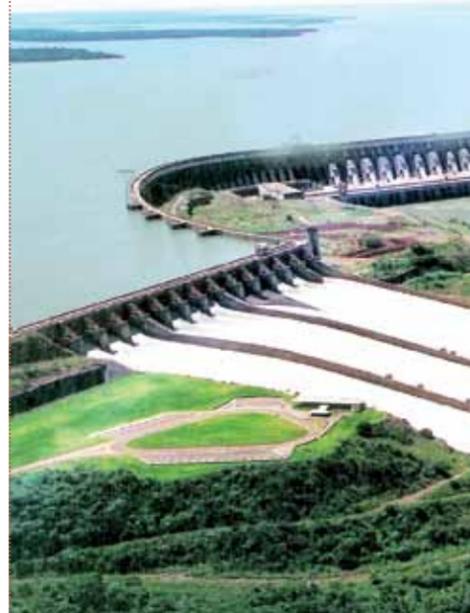
"Leis: A Evolução da Sociedade e o Processo Legislativo Contemporâneo" é uma publicação inédita que revela todo o trâmite do processo de elaboração e aprovação das leis brasileiras. O livro tem 197 páginas, organizadas em três partes. Para introduzir o leitor ao tema, o autor faz um apanhado histórico da construção da sociedade e do poder do Estado. Na segunda parte, é apresentada uma espécie de verbete dos termos próprios do processo legislativo, e, por fim, na última parte da obra, Jarbas Porto, que há 30 anos atua na Assembleia Legislativa do Pará, fala sobre o funcionamento do processo legislativo.

"Não existe nas universidades paraenses uma disciplina que trate especificamente do processo legislativo ou que lhe dê a importância devida, mostrando todas as fases da elaboração das leis, e isso é um problema porque, quanto mais o cidadão entender a forma da construção legislativa, mais consciente ele será dos seus direitos. O livro veio suprir essa carência."

Jarbas Porto

MÃO DE OBRA PARA BELO MONTE

Aos poucos, os benefícios da construção da hidrelétrica de Belo Monte vão chegando à região de Altamira. Antes mesmo do canteiro de obras se instalar no município, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Sotreq, revendedora de máquinas pesadas, fecharam parceria para qualificar jovens que atenderão ao mega empreendimento. No primeiro momento, cerca de 50 jovens da região estão sendo capacitados na área de mecânica diesel e farão a manutenção (preventiva e corretiva) de máquinas. Ao final do curso, essa mão de obra qualificada será automaticamente absorvida pela Sotreq, que prestará serviços à usina hidrelétrica. A expectativa dos parceiros é que o treinamento forme outros jovens, seguindo o ritmo da demanda local.



CONFIANÇA EM BAIXA

Os empresários brasileiros estão menos confiantes em 2011. O otimismo caiu seis pontos em fevereiro deste ano contra fevereiro de 2010, passando de 67,8 pontos para 61,8 pontos. Os dados são do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A queda foi observada em todos os portes de empresa. Entre as pequenas empresas, o indicador passou de 66,1 para 61,1 pontos no período. Nas médias, o ICEI caiu de 66,6 pontos para 59,9 pontos e, entre as grandes, recuou de 69,9 pontos para 63,7 pontos. O ICEI varia de zero a cem pontos e valores acima de 50 pontos indicam industriais confiantes. O Índice também está 2,1 pontos acima da média histórica, que é de 59,7 pontos. A pesquisa da CNI foi realizada entre 31 de janeiro e 14 de fevereiro junto a 1.839 empresas de todo o Brasil, das quais 1.028 pequenas, 561 de médio porte e 250 grandes.

	FEVEREIRO 2010	JANEIRO 2011	FEVEREIRO 2011
ICEI	67,8	62,0	61,8
POR PORTE			
Pequena	66,1	60,6	61,1
Média	66,6	61,4	59,9
Grande	69,9	63,5	63,7
POR REGIÃO			
Norte	67,2	60,0	62,3
Nordeste	68,8	65,2	65,2
Sudeste	67,4	60,5	60,2
Sul	67,2	61,0	59,9
Centro Oeste	69,3	64,7	65,9

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Com o título: "Esta obra possui a parceria do Sesi Pará em serviços que melhoram a qualidade de vida e a saúde dos nossos colaboradores", a empresa industrial do setor de construção civil Marroquim Engenharia instalou espontaneamente uma placa do Sesi Pará na fachada de suas três recentes obras de edifícios residenciais de Belém. O objetivo foi o destacar a preocupação e valorização das pessoas que trabalham em obras, assim como, suas ações de responsabilidade social empresarial, realizadas em parceria com o Sesi Pará. Recém-chegada na capital do Pará, a Marroquim Engenharia, que possui sede em Maceió (Alagoas), entende que a parceria, além de contribuir com a melhoria no estilo de vida dos seus colaboradores, proporciona também notoriedade positiva de sua imagem empresarial diante do mercado paraense.

ACORDO INCENTIVA A QUALIFICAÇÃO EM TODO O PAÍS



Um acordo inédito, assinado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e os Correios, permitirá a qualificação de 4.355 jovens em todo o Brasil, através do programa Jovem Aprendiz. Ao todo, 116 localidades serão beneficiadas. No Pará, participarão do projeto 89 jovens, distribuídos em

Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, aprovados em seleção pública. Eles têm entre 14 e 24 anos de idade e vão receber aulas de gestão organizacional, matemática, comunicação e informação, organização de documentos, arquivamento, entre outras disciplinas. O curso, com duração de dois anos, formará os beneficiados na área administrativa.



VIRA VIDA: 100% DE EMPREGABILIDADE

PROJETO
VIRAVIDA



O projeto Vira Vida rendeu bons frutos ao longo de 2010 e fechou o ano com índice de empregabilidade entre os participantes de 100%, ou seja, todos os 89 alunos que se formaram na primeira turma conseguiram uma vaga no disputado mercado de trabalho. Os jovens, na faixa etária de 16 a 22 anos, participaram dos cursos de operador de computador, desenhista de produção gráfica, costureiro industrial e auxiliar de administração com ênfase em recepção. O objetivo do Vira Vida é promover a capacitação profissional de jovens que se encontram em situação de risco social. O projeto foi idealizado pelo Presidente do Conselho Nacional do Sesi, Jair Meneguelli. No Pará, o Vira Vida é realizado em parceria com o Senai, Senac e Sebrae. Em breve, será divulgado o plano de ações para o ano de 2011 no Estado. Mais informações sobre o projeto com a gerência de Responsabilidade Social Empresarial do Sesi: (91) 4009-4920.

LEI GERAL É PRIORIDADE PARA 2011

O setor produtivo paraense retornou ao comando da maior entidade brasileira voltada ao fomento das micro e pequenas empresas. Depois de um jejum de dois anos longe da administração do Sebrae/PA, a iniciativa privada – que mantém a entidade – volta a conduzir as ações para o quadriênio 2011/2014 direcionando, neste primeiro ano, o foco para a implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, um importante instrumento jurídico para a consolidação e expansão deste setor da economia paraense. A nova diretoria do Sebrae traz como presidente do Conselho Deliberativo Estadual (CDE) José Conrado Santos. Vilson Schuber é o novo superintendente e para as duas diretorias da entidade assumiram Suleima Pegado, para a área técnica, e Elias Pedrosa, para a administrativo-financeira.



SINDICATOS NA INTERNET

Vários sindicatos associados à Federação das Indústrias do Pará foram contemplados com sites por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), realizado para fortalecer os sindicatos patronais dos diversos segmentos produtivos. Os sites são fundamentais para a divulgação das ações dos próprios Sindicatos. Acesse e conheça o potencial das empresas paraenses. Você confere na página 50 da **Pará Industrial** os endereços eletrônicos dos sindicatos.



DESENVOLVENDO NOVAS TECNOLOGIAS

Quatorze estudantes do Senai de Santarém estão colocando em prática o projeto de um triciclo para portadores de necessidades especiais. A turma faz parte do Programa Jovem Aprendiz, que possibilita a formação técnico-profissional de pessoas com idade entre 14 e 24 anos. O triciclo é provido de elevador com motor elétrico e pode ser usado sem que o cadeirante saia de sua cadeira de rodas. Além de envolver os alunos com as novas tecnologias, o projeto piloto possibilita o crescimento profissional. Depois de aprovado o protótipo, um público maior terá acesso à inovação.

ACAÍ: PATRIMÔNIO NACIONAL

O açaí – fruto típico da região amazônica e que já ganhou o mundo, tendo suas propriedades naturais utilizadas na indústria cosmética, alimentícia e farmacêutica – poderá ganhar designação de fruta nacional. O projeto é do senador Flexa Ribeiro, elaborado em parceria com o Sindicato da Indústria de Frutas e Derivados do Pará (Sindfrutas), tramita no Senado Federal, onde aguarda análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Se aprovado pela Casa legislativa, fica assegurada a nacionalidade do açaí, protegendo-o da biopirataria. Vale lembrar que em 2000, uma empresa japonesa chegou a registrar o cupuaçu como sua marca nos mercados japonês, americano e europeu, bloqueando oportunidades de comercialização do fruto nativo da Amazônia no exterior por empresas brasileiras.



MAIS ATENÇÃO À INDÚSTRIA

Com 1.860.799 votos, Simão Robson Jatene, foi o vencedor no 2º turno das eleições estaduais de 2010, o que garantiu o retorno do economista e professor, de 61 anos, para o cargo mais alto do poder executivo paraense. Jatene governou o Estado pela primeira vez no período de 2003 a 2006, no entanto, não tentou a reeleição naquele momento. Depois de quatro anos afastado da vida pública, ele retoma o posto de governador do Pará com o compromisso de fazer o Estado voltar a funcionar. Nesta entrevista concedida com exclusividade a **Pará Industrial**, o governador detalha as ações de sua gestão para “arrumar a casa” e afirma que seu governo dará mais atenção ao segmento industrial.

Durante mais da metade do governo passado, comandado pelo PT, o Estado e os investidores sofreram com a ausência de uma política de incentivos. Isso, inclusive, afastou muitos dos investimentos que estavam sendo planejados para a região. Perdemos, por exemplo, uma indústria de papel para o Maranhão. Como ficará a questão dos incentivos no seu governo?

Estamos rediscutindo toda essa questão dos incentivos fiscais, até por que nosso governo entende que não é possível focar apenas na questão fiscal. Precisamos atuar em cima do conjunto de incentivos: fiscal, creditício e infraestrutural. Acredito que será apenas com a combinação dessas três formas de incentivo, formando um ambiente receptivo, estável e mais favorável aos negócios, que poderemos tornar o Estado do Pará, além das suas características naturais e intrínsecas, mais atrativa para o investimento.

O Pará sofre há vários anos com a ausência de uma política industrial que promova a modernização, diversificação e aumento da competitividade do segmento industrial. Em seu governo, o senhor dará mais atenção à indústria?

Sem dúvida que esta será uma prioridade do governo. A única forma de reduzir a pobreza e desigualdade é desenvolvendo ações e projetos de fomento à produção, expansão de novas vagas de emprego e à geração de mais renda para o Estado. Nessa direção, eu posso dizer, inclusive, que já começamos o governo com essa vontade de trazer

A ÚNICA FORMA DE REDUZIR A POBREZA E DESIGUALDADE É DESENVOLVENDO AÇÕES E PROJETOS DE FOMENTO À PRODUÇÃO, EXPANSÃO DE NOVAS VAGAS DE EMPREGO E À GERAÇÃO DE MAIS RENDA PARA O ESTADO.”



A Crown Embalagens é uma empresa de embalagens para bebidas que possui fábricas em São Paulo, Sergipe, Paraná e Manaus. Com a nova fábrica, no Pará, a indústria adicionará um bilhão de latas ao mercado. Atualmente, a Crown produz, aqui no Brasil, cerca de oito bilhões de latas por ano.

novos investimentos ao Pará. Em meados de fevereiro, recebemos os dirigentes da **Crown Embalagens**, empresa do ramo de embalagens para bebidas e, até o final deste ano, esta nova indústria estará produzindo latinhas aqui no Estado, com uma capacidade de produção de um bilhão de latas por ano, num investimento de R\$ 180 milhões. Está faltando apenas é definirmos qual município sediará o empreendimento, porém já está tudo certo e o Pará ganhará mais uma indústria para reforçar sua produção, além de contar com um empreendimento que abrirá 300 novas vagas de empregos diretos e indiretos, e gerar outros 500 empregos por conta do complexo logístico, que envolve a distribuição do produto.

O Pará registrou recorde, em 2010, na criação de empregos formais. Segundo o DIEESE/PA foram mais de 35 mil. A expectativa é que o bom desempenho se mantenha ou até mesmo seja superado neste ano. No entanto, existe uma carência grande por mão de obra qualificada. O que fazer para reverter este cenário?

Estamos tentando construir uma proposta para que, antes dos grandes projetos virem a se instalar no Estado, ou até mesmo antes do anúncio da implantação, tomemos uma série de medidas no sentido de proporcionar a infraestrutura física e infraestrutura social para a região impactada pelo empreendimento. Neste conjunto de medidas, prevemos a questão da qualificação da mão de obra. Entendemos que esta é uma deficiência não só do Pará, mas do Brasil e que precisa ganhar mais atenção dos governos.

De que forma o seu governo atacará este problema da falta de mão de obra qualificada?

O grande problema é que o Estado sempre teve limitação financeira para atender estas melhorias na infraestrutura física e social. Então, o que estamos tentando construir é uma engenharia financeira que permita uma certa antecipação de recursos para que os chamados grandes projetos não terminem causando tumulto na região e provocando, inclusive, uma distância maior entre oferta e demanda de serviços públicos, porque é na verdade isto. O Estado já tem dificuldades, é fracamente deficiente e insuficiente na prestação de serviços, e aí não é o governo do Pará, não. É o conjunto formado pela União, Estado e municípios.

O que, exatamente, seria esta engenharia financeira?

A engenharia financeira é, na verdade, o financiamento do desenvolvimento. Entendemos que isto precisa ser planejado ainda na fase inicial, de concepção dos empreendimentos que querem se instalar no Estado. O que acontecia era que os projetos, ao serem anunciados, criavam uma grande mudança na região de instalação. Isso gerava uma expectativa por parte da população e, conseqüentemente, surgiam problemas como a imigração desordenada e o crescimento da demanda pelos serviços básicos como saúde, educação e segurança. Só depois de instalado, na fase de produção é que estes empreendimentos geravam algum imposto e que mesmo assim, acabavam sendo incipientes para a demanda já gerada pela expectativa do investimento. Incipiente, pois o que acontecia era que esses impostos acabavam caindo no tesouro, ou seja, na vala comum, e a consequência concreta disto é que esses recursos chegavam de forma diluída ao longo do tempo. Sendo assim, eram incapazes de financiar um projeto de desenvolvimento.

Como construir essa engenharia financeira?

Para reverter este quadro, estamos propondo que os grandes projetos, em aliança com o governo do Estado, apresentem, previamente, suas matrizes de recolhimento de tributos num determinado número de anos, por exemplo, numa década. A partir deste conhecimento prévio, pretendemos constituir um órgão, com tempo de vida limitada, que será o responsável pela implantação de um projeto de infraestrutura para a região de impacto, ou seja, pensará em todas as necessidades e proporcionará as melhorias necessárias para que mitiguemos os problemas gerados pelo crescimento desorganizado.

Sobre essa questão financeira, há 14 anos, o Pará vem sofrendo com as perdas impostas pela Lei Kandir, que insentou o ICMS cobrado na fonte. Economistas e pessoas ligadas a área do comércio exterior estimam que o Estado acumule um ativo de R\$ 400 bilhões referentes à compensação prevista pela lei.

No entanto, essa soma nunca veio para o Pará. Trazer este recurso para o Estado será uma prioridade de seu governo?

Fazer valer a compensação prevista pela Lei Kandir sempre foi uma bandeira de meu primeiro governo, e posso afirmar que continuará



O NOSSO GOVERNO JÁ ESTÁ DISCUTINDO AÇÕES PARA ATENDER AS DUAS LINHAS: DE PRESERVAR E DE PRODUZIR. UMA É O QUE EU CHAMO DE PRODUZIR PRESERVANDO E OUTRA QUE É PRESERVAR PRODUZINDO."

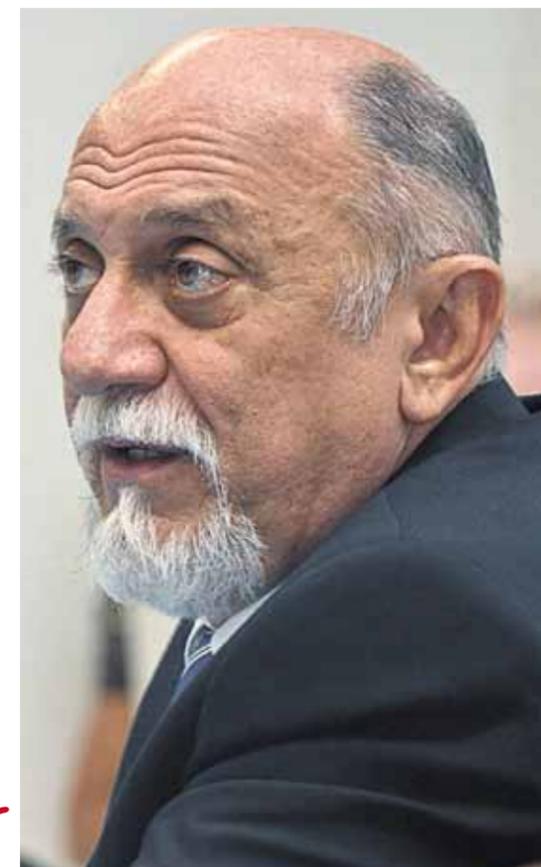
sendo nesta nova gestão. A Lei Kandir é uma marca lamentável do esgarçamento do pacto federativo no Brasil. Acho apenas que, agora, nós teremos novos aliados para somar forças no sentido de mitigar os impactos negativos desta Lei. Antigamente existia um clima de guerra fiscal, proporcionado pela Lei, que fazia com que os estados dessem incentivos para uma determinada empresa vir a se instalar em seu território. Pela ausência de uma política e de uma estratégia de desenvolvimento regional para o país, nós entramos numa guerra fiscal. A maioria dos Estados como entende que os impostos gerados pelas empresas não serão recolhidos para os seus cofres, eles garantiam todas as condições para a instalação de novos empreendimentos, apenas para garantir a geração de empregos. Esta sempre foi a lógica da guerra fiscal. Entendo que a criação de empregos é algo essencial para o desenvolvimento, no entanto, ela não pode vir dissociada da geração de renda.

Mas o que faz o senhor achar que novos aliados entrarão, só agora, nesta briga para por fim aos impactos negativos da Lei que tem vigência desde 1994?

Agora, a guerra fiscal está apresentando um novo componente. Os Estados não querem mais incentivar para a simples instalação de novas empresas, não. Vê que coisa maluca isto. Os estados querem, atualmente, dar incentivos para a importação. Estão importando tudo do resto do mundo e vendendo no mercado interno, produzindo quase nada e começando a gerar um clima de desindustrialização no país. É por este motivo que compreendo que teremos novos aliados nesta luta. Os impactos de uma desindustrialização podem ser bem mais nefastos que aqueles causados lá no começo da Lei. Isto porque, além de você criar um enorme desequilíbrio nas contas externas do Brasil, o setor produtivo nacional passa a empregar menos, gerando bem menos efeitos positivos ao desenvolvimento.

O Pará, inserido no contexto amazônico, tem grandes responsabilidades para a preservação do meio ambiente. O senhor, ainda em 2009, no último Encontro Estadual da Indústria, promovido pela FIEPA, falava da importância de associar a produção à preservação. Agora, como governador, de que forma o senhor pretende trabalhar políticas de estímulo a sustentabilidade?

O nosso governo já está discutindo ações para atender as duas linhas: de preservar e de produzir. Uma é que eu chama produzir preservando e outra que é preservar produzindo. Essas duas linhas perpassam por todas as discussões de nosso governo. Inclusive, estivemos reunidos, no final de janeiro, com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa), Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep) e o Ministério Público Federal para a assinatura do Termo de Compromisso que alia produção e preservação. Esses atores, juntamente com o governo do Estado, vão trabalhar para potencializar o uso de áreas abertas e chegar até o desmatamento zero. Conservar nossos rios e a área de floresta, ao contrário do que as pessoas pensam, também é uma questão de produzir. ↩



FAZER VALER A COMPENSAÇÃO PREVISTA PELA LEI KANDIR SEMPRE FOI UMA BANDEIRA DE MEU PRIMEIRO GOVERNO, E POSSO AFIRMAR QUE CONTINUARÁ SENDO NESTA NOVA GESTÃO."

Novos caminhos para o diálogo

A AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA TRADUZ O POSICIONAMENTO DO SETOR DIANTE DAS MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO PAÍS

O Congresso Nacional, como órgão institucional que exerce as funções legislativa e fiscalizatória no Brasil é o grande palco da vida econômica e política no país. É com ele que o setor industrial dialoga, transparente e sistematicamente, através da Agenda Legislativa da Indústria, que está em sua 16ª edição e relaciona proposições essenciais para assegurar a competitividade do parque produtivo nacional e, consequentemente, local.

Tais proposições surgem também como forma de consolidar um ambiente favorável aos negócios, sendo este um dos principais objetivos das Federações de Indústrias de todos os estados e de Associações Setoriais da Indústria, que são os grandes participantes do processo de construção da Agenda, sob a coordenação do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em fevereiro deste ano, o Seminário Redindústria, sob coordenação da CNI, reuniu mais de 200 dirigentes e técnicos das federações estaduais e das associações nacionais setoriais, incluindo a FIEPA, que teve voz e voto nas deliberações e elabo-

ração da Agenda Legislativa da Indústria de 2011.

Nesta edição, cerca de 100 proposições legislativas integram a pauta mínima, que deverá expressar o pensamento conjunto da esfera industrial brasileira. Na ocasião, o presidente da CNI, Robson Braga, ressaltou que a Agenda unifica as posições de todos os segmentos industriais sobre as propostas em análise no Congresso. Elas têm o poder de elevar a competitividade das empresas ou, ao contrário, podem retardá-la. “O trabalho da CNI junto aos parlamentares, tanto no Congresso quanto nas suas bases, contribui para o desenvolvimento do país”, declarou.

Segundo o consultor legislativo da Fiepa e sub-secretário legislativo da Assembleia Legislativa do Estado, Jarbas Porto, os projetos que tramitam no Congresso Nacional, uma vez aprovados e transformados em lei, passam a regular os fatos e a vida da sociedade em todas as regiões do país. “São leis que alteram as relações de trabalho, que regulam a questão ambiental, que tratam de matéria tributária, enfim, que disciplinam aspectos relevantes para as relações socioeconomi-

67,8%

A EFICÁCIA DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA FOI CONFIRMADA POR UM ESTUDO ACADÊMICO REALIZADO EM 2003, QUE APONTOU UM ÍNDICE DE ACOLHIMENTO DE 67,8% DENTRE AS 401 PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS CONSTANTES DAS OITO PRIMEIRAS EDIÇÕES.



Com certeza, é possível construir uma Agenda Legislativa que atenda os setores produtivos da Amazônia. A partir de agora, este trabalho deve ser ainda mais intenso, devido à desproporcionalidade existente entre nossa região e outras regiões do país.”

JARBAS PORTO, CONSULTOR LEGISLATIVO DA FIEPA

cas”, explica o consultor, que completa: “No caso da nossa região, podemos citar como exemplo o PL 4.000/2008, de autoria do deputado Beto Faro, que prorroga o prazo dos incentivos da SUDAM e da SUDENE, de 2013 para 2023. Também podemos destacar o Projeto da Reforma Tributária, que vem sendo acompanhado pela CNI, com parecer favorável, desde que não implique em elevação da carga tributária.”

O trabalho feito na fase de construção da Agenda Legislativa da Indústria tem o objetivo de interferir no processo de criação de leis, antecipando ações em relação à pré-norma pretendida pelo legislador, priorizando projetos que possam gerar impacto naquilo que é produzido no Estado. O foco são os projetos que abordam temas relacionados à política ambiental, relações de trabalho, infraestrutura e carga tributária, além de setores específicos, como mineração, madeira, carne, pesca e frutas por exemplo.

A importância deste documento pode se verificar também a partir da formação de uma

rede de grande capilaridade que mobiliza e articula o setor industrial brasileiro em sua ação política no Congresso Nacional.

Os projetos lá elencados constroem pontes para o futuro e criam condições para mais crescimento, como, por exemplo, a luta pela redução do “custo Brasil”, que são as consideráveis despesas que colocam o produto nacional em desvantagem ao estrangeiro. São estas medidas que indicam que não há espaço para imobilismo na relação Indústria – Congresso.

Sobre o crescimento específico de nossa região, que a Agenda tem o poder de impulsionar, Jarbas Porto garante: “Com certeza, é possível construir uma Agenda Legislativa que atenda os setores produtivos da Amazônia. A partir de agora, este trabalho deve ser ainda mais intenso, devido à desproporcionalidade existente entre nossa região e outras regiões do país. Por isso, a indústria deve estar sempre vigilante, atualizando informações e participando do processo de criação de normas que, afinal, vão regular suas próprias ações”, finaliza. ←

ENTENDA MELHOR A AGENDA LEGISLATIVA

O QUE É?

Instrumento de comunicação do setor industrial com os poderes constituídos, sobretudo o Congresso Nacional. É elaborada anualmente, com a participação das federações de indústrias, das associações de indústrias de âmbito nacional e dos Conselhos Temáticos da CNI.

COMO É DEFINIDA?

Para cada edição, as entidades e os Conselhos posicionam-se sobre as proposições legislativas e, reunidas em seminário, elegem as de maior relevância. Após, são detalhados os temas prioritários para gerar o posicionamento formal da indústria.

PÚBLICOS-ALVOS E OBJETIVOS

- ⇒ Ao Congresso Nacional, a Agenda antecipa aos parlamentares o que pensa o setor industrial. Desse modo, consolida um relacionamento efetivo e firme na defesa do desenvolvimento econômico do país, da livre iniciativa e de legislações que reforcem a competitividade da economia brasileira.
- ⇒ Ao Governo Federal, apresenta aos principais formuladores de políticas públicas uma visão universal da indústria sobre temas que interferem no bom funcionamento das empresas, seus negócios, contratos, direitos de propriedade e capacidade competitiva.
- ⇒ Às indústrias, esclarece as proposições em trâmites no Congresso Nacional, disseminando o conhecimento de tais contribuições entre as entidades do setor. Também sinaliza possíveis ameaças e sugere aperfeiçoamentos e soluções;
- ⇒ À sociedade civil, divulga informações visando a um relacionamento transparente para explicitar a posição do setor industrial.

Fonte: CNI



Na última edição da Fipa, a Alubar inovou ao demonstrar seus produtos dentro de um estande em formato de carretel

Vitrine de bons negócios no Pará

A X FEIRA DA INDÚSTRIA MOVIMENTA O SETOR E INCENTIVA A INTEGRAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS E A SOCIEDADE

“A Fipa é a vitrine dos produtos do Pará e, por isso, escolhemos a Feira da Indústria para mostrar as novidades e nosso mix de produtos genuinamente paraenses e com uma tradição de 77 anos.” A declaração é do diretor administrativo-financeiro da Indústria de Guaraná Globo, José de Sá Fernandes, que já garantiu seu estande na X Feira da Indústria do Pará (Fipa), que acontecerá no período de 18 a 21 de maio, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém.

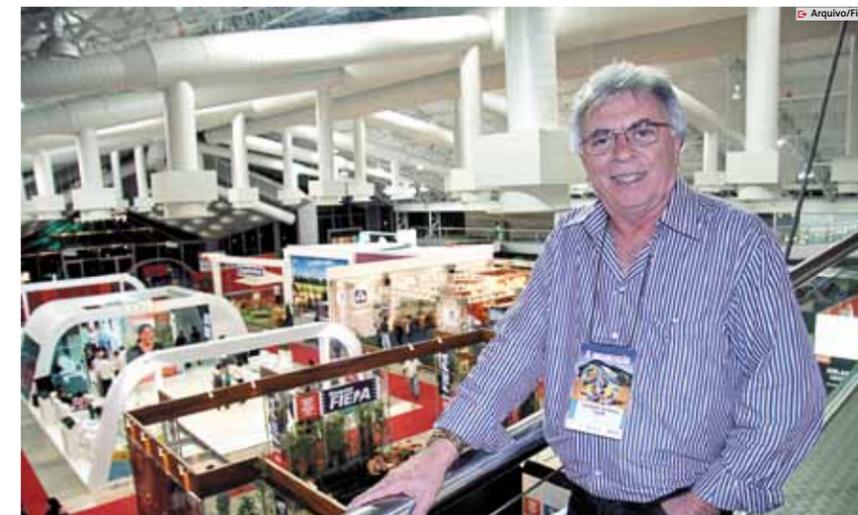
José de Sá promete levar para

a Fipa os mais novos produtos da empresa como o xarope zero, para atingir um público cada vez mais preocupado com a redução de calorias, e o refrigerante Globo. Tudo com degustação garantida.

“É a primeira vez que vamos participar da feira. É um momento de atingir toda a sociedade e mostrar a qualidade de nossos novos produtos”, explica Manoel Joaquim Fernandes, diretor-presidente da Indústria de Guaraná Globo, ressaltando que, além das novidades, a empresa vai levar seus produtos já conhecidos como os diversos

tipos de xarope (citrus, morango, tutti frutti, groselha, tangerina, uva, laranja) e o já tradicional Guaraná Globo, carro-chefe da empresa, que atende cerca de 80% do mercado paraense e 20% do mercado nacional.

Outra empresa que já garantiu espaço na Fipa é a Alubar, que tem experiência de 30 anos na América Latina e Europa no ramo de vergalhões e cabos elétricos de alumínio, sendo a única empresa fabricante do segmento do Norte e Nordeste do país. Em 2009, a empresa chamou a atenção dos visitantes da Fipa por



Para Ivanildo Pontes, a Fipa é uma oportunidade de integrar empresas e sociedade

CRESCIMENTO
EM SUA DÉCIMA EDIÇÃO, A FIPA CONTARÁ COM 80 ESTANDES E CERCA DE 100 EXPOSITORES. CADA EMPRESA PODE INOVAR E OUSAR EM SEU ESTANDE. A ÚLTIMA FIPA FOI REALIZADA EM MAIO DE 2009 E ATRAIU MAIS DE 35 MIL VISITANTES.

montar um estande em formato de carretel para expor seus produtos.

“Como expositor, a Alubar considera importante participar da Fipa porque é a oportunidade de mostrar ao público paraense nossos produtos, que fazem parte do desenvolvimento da região, através dos grandes projetos hidrelétricos, como as linhas de transmissão Tucuruí-Manaus e Rio Madeira, bem como enfatizar a nossa participação na cadeia produtiva do alumínio em nosso estado, pois somos a única empresa que verticaliza este minério no Pará”, afirma Giuseppe Bellezza, gerente comercial da Alubar que ressalta ainda ser esta uma boa oportunidade para divulgar os projetos sociais da empresa, desenvolvidos para a comunidade de Barcarena.

A Fipa chega a sua décima edição e pretende mostrar o que o setor

industrial produz de melhor. “Os diversos segmentos produtivos do Pará estarão reunidos em um único espaço e isso facilita a integração entre as empresas e a sociedade”, conta Ivanildo Pontes, diretor executivo da Fiepa e coordenador da Fipa.

Ao longo dos anos, sem dúvida nenhuma, o que melhorou na feira foi o seu local de realização: o Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, que foi inaugurado oficialmente com a abertura da Fipa, em 2007. “O Hangar foi sem dúvida nenhuma uma conquista para o Pará e para a Amazônia. Posso dizer que era uma reivindicação antiga da Federação das Indústrias e que, felizmente, foi concretizada na primeira gestão do governo Jatene. O Hangar é um incentivo para o turismo de negócios no Pará”, conclui Ivanildo.

FIPA: NÓS PARTICIPAMOS!

EM 2009, a Fiepa produziu um álbum com fotos e depoimentos de participantes da Feira da Indústria, ressaltando a importância da feira para os seus negócios e para o Estado.

“Participamos deste a primeira edição da Feira da Indústria. Hoje, ela está bem mais profissional na organização. Para a empresa, a Feira serve mais como imagem institucional. Sempre acreditei no potencial do nosso estado e tenho certeza absoluta que a forma de mostrar o que o estado é capaz de fazer é através de feiras dentro e fora do Estado.”

ROBERTO KATAOKA,
PRESIDENTE DA
OYAMOTA DO BRASIL

“Todos os eventos que visam fomentar o desenvolvimento da área industrial são de interesse da empresa. A Fipa é uma oportunidade ímpar para estreitar os laços com nossos parceiros e mostrar ao público a abrangência, a diversidade e os princípios da empresa.”

RICARDO CARVALHO, DIRETOR
DA ÁREA DE ALUMÍNIO DA VALE

“A aposta do Sebrae na importância da feira é a prova de que grandes e pequenos negócios paraenses podem se complementar e fortalecer a economia local. É com essa expectativa que estamos à espera da edição de 2011.”

SEBASTIÃO MIRANDA,
DIRETOR-SUPERINTENDENTE
DO SEBRAE/PA EM 2009

SERVIÇO

A X Fipa será realizada no período de 18 a 21 de maio de 2011, no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, na capital paraense. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (91) 4009-4829 / 4009-4810.

Novo cenário, novas regras

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO QUE REGE O SETOR DA MINERAÇÃO NO PAÍS ESTÃO EM DISCUSSÃO DESDE 2008

A necessidade de uma legislação que atenda as demandas de crescimento do setor mineral é um dos assuntos que devem esquentar o debate político em 2011, inclusive no Pará, um dos estados com maior interesse na questão. No último dia 8 de fevereiro, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, lançou o Plano Nacional de Mineração (PNM) 2030, que define objetivos estratégicos e ações com vistas ao pleno desenvolvimento da economia mineral no país, no horizonte de 20 anos de planejamento.

No entanto, várias das ações previstas no Plano necessitam de uma revisão do marco legal que regulamenta o funcionamento da indústria da mineração. A revisão e elaboração de um novo Código da Mineração (ou Lei de Mineração) já vem sendo discutida de forma mais intensa desde 2008, quando o Ministério de Minas e Energia começou a trabalhar em uma proposta.

O Código atual foi decretado em 1967 e, desde então, vários outros dispositivos legais alteraram o texto original do decreto, mas todo o avanço desse setor da economia nas últimas décadas, assim como as perspectivas de



Agência Vale

4,2%

EM 2010, A ECONOMIA MINERAL REPRESENTOU 4,2% DO PIB BRASILEIRO E 20% DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS. O NÚMERO DE EMPREGOS DIRETOS NO SETOR É DE 1 MILHÃO. PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS, O GOVERNO PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 350 BILHÕES.

crescimento vislumbradas para os próximos anos, torna consenso entre governo e empresariado a necessidade de um novo código para substituir o antigo.

ELEMENTOS DO CÓDIGO ATUAL MANTIDOS

Governo e empresários possuem vários pontos de convergência na discussão da proposta do novo marco legal para a mineração. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa o empresariado do setor, participou de uma série de reuniões, entre outubro de 2009 e fevereiro de 2010, para discutir a proposta do novo Código de Mineração. Segundo o diretor de Assuntos Minerários da instituição, Marcelo Tunes, muitos elementos do código atual devem ser mantidos na proposta, como a propriedade da União sobre os recursos minerais e o aproveitamento facultado ao setor privado. “Se o Brasil conseguiu atingir a produção mineral de hoje é porque o código atual não é ruim, senão essa evolução não seria possível”, afirma o diretor.

Além disso, a extinção do

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para a criação de uma Agência Nacional de Mineração (ANM) é uma das necessidades mais prementes do setor e do governo, e já está prevista no PNM 2030. “A Agência é um modelo mais adequado para se trabalhar, daria maior agilidade às demandas do setor”, avalia Tunes.

Outra entidade, cuja criação está prevista nesse Plano, é o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), a exemplo do que existe nas áreas de Meio Ambiente, Saúde e Educação. Há também a proposição da possibilidade de se obter financiamento bancário para lavra utilizando o título minerário como garantia.

Algumas questões ainda devem ser objeto de um longo debate, um delas é o estabelecimento de um período determinado para a pesquisa mineral e para a lavra, estabelecido em 35 anos na proposta inicial do governo. O Ibram discorda da proposta. “Vamos aprofundar o diálogo e tentar buscar um acordo com o governo. Uma outra possibilidade para reverter o quadro é contestar a constitucionalidade dessa limitação do prazo. Mas primeiro vamos priorizar o diálogo”, afirma Tunes. ◀

CFEM EM DISCUSSÃO

Um dos maiores pontos de embate sobre o marco legal da mineração deve ser o de uma nova proposta para o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A compensação paga pelas empresas mineradoras por extrair os recursos minerais será discutida fora do âmbito do novo Código de Mineração, mas os projetos de lei que propõem alterações sobre esses pagamentos devem entrar na pauta do legislativo esse ano também.

O governo expressou no Plano Nacional de Mineração 2030 seus objetivos para uma nova CFEM. O texto do Plano diz que “além de compensar financeiramente as regiões produtoras, a CFEM deve se converter em fonte de financiamento para a sustentabilidade dessas regiões”. Para isso, as alterações devem atingir a base de cálculo, o ponto de incidência, as alíquotas e os critérios de uso, além de tornar possível a calibragem das taxas.

O senador Fernando Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou ao legislativo, no início deste ano, projeto de lei que propõe a alteração da base de cálculo da CFEM, que deixaria de ser cobrada sobre a receita líquida para ser calculada sobre a receita bruta. “Queremos mudar para a receita bruta que tem valor maior e certamente deixará mais recursos e renda para os municípios e estados mineradores”, explica Flexa.

Marcelo Tunes, diz que o setor não opõe a debater uma nova proposta de CFEM, mas faz uma ressalva: “Admite-se até a possibilidade de aumento, desde que não se altere a carga tributária como um todo.”



◀ Alexandre Castelo resalta que a virtualização dos servidores foi um excelente caminho escolhido pela Alubar para modernizar seus processos e ainda contribuir com o meio ambiente

"Reciclar" tecnologia é tendência

MOVIMENTO INTERNACIONAL ADOTA PRÁTICAS RESPONSÁVEIS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS CAUSADOS PELAS TECNOLOGIAS

Até o final dos anos 90, o consumo de tecnologia de uma empresa se baseava em adquirir algo, usá-lo e descartá-lo quando perdesse a utilidade. O destino dado a produtos de informática, no geral, não era uma preocupação constante. Mas desde meados dos anos 2000, tanto a produção quanto o uso e descarte de equipamentos têm se modificado com o surgimento de práticas verdes para a Tecnologia da Informação (TI).

A TI Verde, ou *Green IT*, é um movimento internacional que adota práticas responsáveis para minimizar os impactos ao planeta causados pelas tecnologias em geral. A iniciativa possibilita que recursos computacionais produzidos de acordo com padrões de gestão ambiental – como ISO 14001, o padrão europeu ROHS ou o norte-americano EPEAT – não contenham substâncias tóxicas, como metais pesados, se tornando mais eficientes e reduzindo o consumo de energia elétrica.

A mudança de hábitos das empresas é necessária, pois o ritmo do mundo tecnológico é cada vez mais acelerado, tanto no sentido da produção de novas máquinas e *softwares* quanto na substituição de uma tecnologia por outra. Em 2006, 19% das residências brasileiras possuíam computador de mesa. Em

2008, os computadores passaram a ocupar 27% dos domicílios. De acordo com a consultoria ITData, o número de máquinas vendidas a cada ano passou de 8,2 milhões para 11,7 milhões nesse período.

Para a fabricação de um computador, a energia utilizada é muito maior a que o computador vai consumir durante o período de vida útil. Por isso, práticas de TI Verde podem alinhar sistemas inteligentes a ações que diminuam impactos da produção de empresas no meio ambiente. No Pará, a otimização de sistemas computacionais ganhou força no último ano. O processo que está em destaque é o de virtualização de servidores.

Em um ambiente empresarial sem esse sistema, os *desktops* (computadores de mesa) são conectados a um servidor, ou seja, estão em rede. Com a tecnologia de virtualização, esses computadores são substituídos por outro dispositivo, mais compacto e com capacidade de armazenamento bem maior, e os arquivos são armazenados em um *software* virtual.

Pensando nisso, o Grupo Alubar, sediado em Barcarena, no Pará, vem instalando a virtualização de seus servidores em um processo que já dura quatro anos. A fábrica de vergalhões e cabos elétricos de alumínio possui um sistema com

RESÍDUOS

A lei que trata do lixo eletrônico no país foi trabalhada desde 2007 até agosto de 2010, quando foi sancionada pelo então presidente Luis Inácio da Silva. Ela institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que inclui o lixo eletrônico, mas ainda precisa de regulamentação do Congresso Nacional.

LÁ FORA

Nos EUA, a política de TI Verde depende de cada estado. De forma geral, o país descarta 206 milhões de produtos de informática e 140 milhões de celulares. A média anual de reciclagem desse lixo é de 15% a 20%. Já na Europa, a Suíça é um dos líderes mundiais de reaproveitamento de lixo eletrônico e cada equipamento de informática vendido recolhe uma taxa, inclusa em seu preço original, para cobrir os custos da reciclagem. Atualmente, mesmo sem possuir uma política de reciclagem, a China, a Índia e alguns países da África recebem o lixo eletrônico descartado por outras nações.



☛ Marcos Wilson ressalta que a ONG No Olhar está aberta para parcerias com empresas que queiram dar um destino correto ao seu lixo eletrônico

putacional dividido entre o setor administrativo e produção.

“Acredita-se que, com o desenvolvimento tecnológico, as máquinas estão cada vez mais poderosas e sua capacidade de processamento esteja subutilizada. Com a tecnologia de virtualização, o acesso à rede dentro do sistema operacional de uma organização pode ser otimizado”, explica Alexandre Castelo, coordenador de Tecnologia da Alubar. “É possível aproveitar a capacidade total de cada máquina e ter à disposição os documentos arquivados em um só local, com acesso a qualquer momento, sem correr o risco de perdê-los”, conclui.

Na Alubar, a instalação já alcançou 80% servidores e a previsão é que até o final de 2011, 90% dos computadores e servidores estejam virtualizados. Além de reduzir o consumo e o custo de energia elétrica, diminui o acúmulo de lixo eletrônico, pois as máquinas inutilizadas são entregues à instituições que reciclam o material. Além disso, a comunidade também ganha, pois os equipamentos em funcionamento são recuperados e doados.

LIXO ELETRÔNICO TAMBÉM GERA RENDA

O Brasil é um dos maiores mercados de eletroeletrônicos do mundo e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é o país emergente que mais gera lixo eletrônico a partir de computadores. A TI Verde é empenhada em diminuir a quantidade desse lixo e as instituições têm que se adequar a novas posturas para executar os preceitos ambientalmente responsáveis.

Em Belém, a iniciativa de dar um destino correto ao lixo eletrônico não se resume às grandes empresas. A ONG No Olhar, que trabalha há cinco anos com geração de renda para três associações e cooperativas que reciclam o lixo encontrado nas ruas, e com coleta no Posto de Entrega Voluntária (PEV), também trabalha recolhendo e recebendo esses materiais.

Segundo o coordenador da ONG, Marcos Wilson Pires, por semana, é reunida cerca de duas

toneladas de lixo de diversos tipos, e parte é de lixo eletrônico. “Infelizmente, ainda não conseguimos reciclá-lo totalmente porque muitos ainda contêm metais pesados, então encaminhamos para os órgãos responsáveis a dar um destino para isso. Mas alguns materiais, como teclados e placas de computador e celular, viram produtos de decoração nas mãos de nossos artesãos”, explica o coordenador.

A ONG pretende expandir o serviço em 2011 ampliando o projeto de educação ambiental e envolvendo mais de 100 famílias no processo de coleta seletiva. Hoje, a ONG já recebe materiais das empresas que adotaram o sistema de virtualização de servidores. “Mas, nossa intenção é expandir os PEVs e fazer com que as empresas envolvam também seus funcionários e a comunidade”, conclui o coordenador. ☛

SERVIÇO

ONG NO OLHAR
Endereço: Rua Riachuelo n° 37, esquina com a Tv. Padre Eutíquio.
Fone: (91) 3222-2277
noohar@noohar.org.br



NAS ECLUSAS, A ESPERANÇA DOS RESULTADOS

GERSON PERES
DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Não se pode falar da importância das Eclusas da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí para atender as demandas do setor empresarial primário, secundário e terciário, sem deixar, em síntese, de lembrar o Projeto Tocantins de que fazem parte. As Eclusas da UHE de Tucuruí venceram a batalha do regionalismo xenofóbica que pretendia construí-las, primeiramente, nas da UHE de Santa Isabel. Agora que as Eclusas da UHE de Tucuruí estão prontas pelo governo do presidente Lula, as quais abriram as portas da transposição do Rio Tocantins; agora que o aviltamento do Pará e de sua separação do Centro Sul não existe mais e todo o ônus do isolamento ao Pará foi evitado, os empresários, trabalhadores e a população podem alegrar-se com a regularização da navegação do Tocantins à Belém e ao mar.

Os industriais, comerciantes, agricultores e produtores têm, com as Eclusas, o caminho natural para uma sólida integração econômica, entre o Pará, o Planalto Central e o Sul do País. A Hidrovia Araguaia Tocantins está viva por essa etapa fundamental ter sido vencida. Nasceu e agora se consolida com as Eclusas.

Sendo fatores estratégicos à concretização da hidrovia, não há dúvida de que uma forte esperança de bons resultados na redução dos custos de todos os produtos, por ela transportados, beneficiarão empresários e trabalhadores e a sociedade como um todo. Entre os fatores, destacam-se o desenvolvimento importante do mercado de trabalho às indústrias, ao comércio e a agricultura; os transportes pela hidrovia de 13 milhões ou mais de toneladas/ano, previsão para os primeiros 10 anos, com milhares de emprego, com a inclusão dos terminais fluviais e a manutenção da hidrovia; e a redução do custo dos fretes dos produtos que escoarão pela hidrovia, gerando a queda do ônus social. Por tudo isto e muito mais é que vários homens públicos lutaram.

Entre eles, porém, se destacou Gabriel Hermes, cuja vida parlamentar, como deputado, senador e primeiro presidente da Federação das Indústrias do Pará, a qual ajudou a fundar, dedicou à concretização

das Eclusas da UHE de Tucuruí. A seu lado, como seu liderado, escrevo, em poucas linhas, a importância das Eclusas ao interesse do desenvolvimento sócio econômico do Pará, como ele sempre lembrava “não só às indústrias, mas também ao comércio e à agricultura”.

Inspirado nessa luta pela construção das Eclusas, Eliseu Rezende, ex-ministro dos Transportes e senador de rica biografia de seriedade e competência, recentemente falecido, pelo projeto 209/07, no Senado, deixou-nos a lei que caracteriza como serviço público, a operação de Eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias e soluciona as situações em que é obrigatória as implantações dos dispositivos legais para elas.

As Hidrelétricas e as Eclusas são, portanto, irmãs siamesas. Devem ser construídas e inauguradas juntas para serem usadas pelas populações “de acordo aos interesses do desenvolvimento econômico sustentável, com o mínimo consumo energético e emissões poluentes do ar”.

Asseguram, enfim a tranquilidade à importância estratégica das hidrovias para a sociedade brasileira. Finalmente com as Eclusas e com a segunda etapa do Projeto Tocantins, – construção da UHE e Eclusas de Santa Isabel, – consolida-se o maior corredor hidroviário do Brasil. Deus me fez viver para poder ver realizado um dos sonhos da minha juventude, no grande rio Tocantins, cujas águas banharam meu nascimento. ☛



Renata Segtowitz

Construção naval ganha novo fôlego

ESTALEIRO RIO MAGUARI VENCE CONCORRÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE BARCAÇAS PARA SUBSIDIÁRIA DA VALE NO EXTERIOR

Na maior bacia hidrográfica do mundo, a amazônica, mas precisamente no Distrito de Icoaraci, em Belém, está localizado o Estaleiro Rio Maguari, que atua há 12 anos no Pará. Este ano, a Rio Maguari conquistou uma vitória. Pela primeira vez em sua história venceu a poderosa concorrência dos estaleiros chineses, argentinos e paraguaios para construir 32 barcaças para a International Ore Company, uma subsidiária da Vale no exterior.

As barcaças vão transportar minério de ferro na mina de Urucum na Hidrovia Paraná/Paraguai. Um investimento que chega a US\$ 34 milhões por parte da Vale, o equivalente a quase R\$ 60 milhões, que envolveu diretamente a ação de 700 operários e demorou 9 meses para ser concluído.

As 32 barcaças têm capacidade de carregar 64 mil toneladas de minério. De acordo com Fábio Vasconcelos, diretor comercial do Estaleiro Rio Maguari, os fatores determinantes para essa vitória foram os preços competitivos aliados ao compromisso da Vale em priorizar os fornecedores locais. “O processo foi de muita negocia-



Para Fábio Vasconcelos, os preços competitivos e a valorização de fornecedores locais foram fundamentais para a conquista

EMPREGOS

DADOS DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL (SINAVAL) REVELAM QUE EM 2010 FORAM GERADOS NA REGIÃO NORTE, PELA INDÚSTRIA NAVAL, MAIS DE 9.600 POSTOS DE TRABALHO. DESSES, 411 FORAM NO PARÁ.



As 32 barcaças foram empilhadas umas sobre as outras, em um método de transporte inédito no Brasil

ção, como em todas as concorrências feitas pela Vale. O item determinante em nossa vitória foi a competitividade de nossa proposta, no que tange a preços e prazos de entrega. Sem dúvida, também, a política da Vale de priorizar os fornecedores locais, funcionou, na prática, neste caso”, explica Fábio.

Apesar das cifras grandiosas, o que chamou a atenção neste investimento foi o método de transporte até o comprador, inédito no país. As barcaças foram empilhadas umas sobre as outras e embarcadas num único pacote, que foi feito através de barçaça oceânica semi-submersível, com capacidade para 20 mil toneladas, e rebocador oceânico, contratados junto a uma empresa anglo-italiana.

“O empilhamento é muito comum em países exportadores de barcaças, como a China e os EUA. No Brasil, não tenho notícias de operações semelhantes anteriormente. Elas são embarcadas em um único pacote. A operação, quando se tem a infraestrutura de guindastes com esta capacidade, é de simplesmente

20%
DE ACORDO COM O SINAVAL, O SETOR CRESCEU 20% NO ANO PASSADO. A EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO PARA 2011 É MANTER O AQUECIMENTO E Atingir o mesmo percentual ou superá-lo.

çar as barcaças e posicioná-las umas sobre as outras. Aqui, tivemos que inovar para viabilizar a exportação, submergindo sucessivamente as barcaças e posicionando uma ou mais barcaças flutuando sobre a barçaça submersa. Depois, através de bombas, retira-se a água da barçaça submersa e ela flutua com as demais em cima. É uma operação tecnicamente simples, mas operacionalmente trabalhosa”, explica Fábio. ◀

NOVOS CONTRATOS EM VISTA

A viagem até a Argentina levou cerca de 20 dias e o Estaleiro Maguari já está na disputa novamente com a indústria naval/fluvial chinesa. Desta vez, é uma nova encomenda da mesma empresa para a construção de 128 barcaças em um contrato de cerca de US\$ 140 milhões ou quase R\$ 240 milhões, gerando 1200 diretos e indiretos na região.

Mais do que a vitória para a Estaleiro Rio Maguari, essa conquista representa o potencial da indústria naval Amazônica que volta a ganhar destaque internacional. “Essa conquista representa o reconhecimento de um trabalho que prioriza a busca constante de produtividade aliada à qualidade. Representa a comprovação de que nossa região é capaz de atender as mais altas exigências de uma empresa como a Vale, e de competir em igualdade de condições com qualquer estaleiro deste tipo de embarcações no mundo”, afirma o gerente.

SERÁ A VEZ DO PETRÓLEO NO PARÁ?

INDÍCIOS DA PRESENÇA DE HIDROCARBONETOS NA COSTA DE SALINÓPOLIS REACENDE A ESPERANÇA DO PARÁ ENTRAR NA LISTA DOS PRODUTORES DE PETRÓLEO DO BRASIL



Oitenta e cinco milhões de barris de petróleo são consumidos diariamente no mundo, é o que afirma a Agência Internacional de Energia (AIE). Para se ter uma ideia desta demanda nada irrelevante, com a quantidade do chamado “óleo de pedra” consumida seria possível encher aproximadamente 495 milhões de piscinas olímpicas. E a tendência para os próximos anos aponta que muitas outras piscinas serão acrescentadas a esta demanda mundial. A projeção para este ano, em comparação a 2010, é que o consumo do petróleo no mundo cresça em 1.6%. No entanto, a crise no Oriente Médio – que concentra os maiores produtores do recurso natural – e a desvalorização do dólar, podem elevar a cotação do preço do barril, deixando a coisa preta.

Com o objetivo de se tornar autossuficiente na produção do petróleo e gás, o Brasil intensificou a pesquisa por novas áreas produtoras do recurso em seu território. As primeiras constatações da existência do óleo, em solo nacional, aconteceram ainda nos anos 30, porém, foi somente em meados da

década de 70 – com a descoberta da Bacia de Campos (na costa norte do Rio de Janeiro) – que o Brasil conseguiu amenizar a situação de dependência mundial, quando chegava a importar mais de 90% do óleo consumido.

Em 2007, a Petrobras descobriu a existência de petróleo ao longo de 800 quilômetros da costa brasileira (do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina), na camada do pré-sal, e os estudos de prospecção apontaram grande potencial produtor, podendo dar ao Brasil a tão esperada autossuficiência no consumo do óleo. Esta realidade ainda não foi alcançada, mas a descoberta do pré-sal abriu caminho para que a Petrobras pudesse pesquisar outras áreas no país.

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) a Bacia Pará-Maranhão já foi incluída no Plano Plurianual de Estudos Geológicos e Geofísicos para a exploração de óleo e gás em território amazônico. A intenção do novo plano é descentralizar o investimento exploratório no país, atualmente concentrado na região Sudeste. ➔

ESTUDOS NA BACIA PARÁ-MARANHÃO

Em nota, a assessoria de comunicação da ANP afirma que já foram investidos R\$ 55 milhões pela agência, a qual tem como objetivo de adquirir novos dados relativos ao conhecimento geológico e do potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras. “Uma das áreas de extrema relevância contemplada por esses estudos é a chamada Margem Equatorial, formada pelas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar (mar). Essa região apresenta potencial petrolífero promissor”, relata a nota enviada pela ANP.

A bacia Pará-Maranhão foi incluída na segunda, terceira, quarta, sexta, sétima e nona rodadas de licitações da ANP. Estes processos licitatórios já permitiram, inclusive, que várias empresas (Petrobras, OGX Petróleo e Gás, Vale e a Ecopetrol) passassem a atuar na região em atividades de exploração e produção de petróleo. A interferência destas empresas contribuiu para o aumento do conhecimento do potencial da Bacia do Pará-Maranhão (dividida em 12 blocos exploratórios) e aumenta a possibilidade de fazer da região amazônica um futuro polo produtor de petróleo e gás.

BACIA DO PARÁ-MARANHÃO
Área de estudo da presença de hidrocarbonetos fora do eixo Centro-Sul do país





ESTUDOS NÃO SÃO NOVIDADE NA REGIÃO

Após algumas pesquisas frustradas no território paraense, a Petrobras reiniciou o mapeamento de petróleo e gás no Estado. Para o professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Carlos Alberto Dias – que está prestando assessoria à Universidade Federal do Pará (UFPA) para a implantação, no município de Salinópolis, do projeto de um centro de excelência voltado para a área de engenharia costeira e oceânica – existem sérios indícios de petróleo na costa paraense. “A costa de Salinópolis, situada na porção mais extensa da plataforma continental brasileira, tem sido objeto de estudos exploratórios esporádicos de superfície e até furos de sondagem há mais de 20 anos”, relata o professor, que é natural de Salinópolis e há muito luta para o desenvolvimento socioeconômico daquela região.

De acordo com Carlos Alberto, a área costeira de Salinas apresenta uma extensa e profunda zona de calcário que já apresentou indícios de ocorrência de hidrocarbonetos, os quais na forma líquida materializam o petróleo e em composição gasosa, o gás natural.

“O Pará tem duas macrorregiões importantes para a ocorrência de hidrocarbonetos (óleo e/ou gás) do ponto de vista geológico-geofísico. São elas: a plataforma continental que se estende mar afora, como parte da sua costa marítima limítrofe com os Estados do Amapá e Maranhão, e a porção territorial que lhe cabe da extensa bacia amazônica paleozóica terrestre”, explica.

O professor afirma que a bacia terrestre já chegou a ser objeto de um grande esforço da Petrobras, ainda na primeira década de existência da empresa (1954-1964), porém nenhum êxito foi alcançado quanto a descoberta de óleo ou gás. “A prospecção na Amazônia teve prosseguimento, tendo como únicas

descobertas de ocorrências comerciais de hidrocarbonetos a província de gás do Juruá, em 1978, e a província petrolífera de Urucu, em 1986”.

Com o conhecimento científico e tecnológico absorvido ao longo dos anos pela Petrobras, o professor acredita que o Pará volte a ser importante rota de pesquisa por novas fontes de óleo e gás. A empresa, que conseguiu com os anos ganhar conhecimento e absorver tecnologia, já é referência internacional na exploração de petróleo e gás em águas profundas.

“Vivemos um momento de extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico no conhecimento da exploração de hidrocarbonetos, com a entrada de novas técnicas, novos métodos e procedimentos. Isto nos leva a dizer que a questão do petróleo na Amazônia é um problema atual e que precisa ser retomado em novas bases, novas dimensões e nos devidos termos. Essa é a nova fronteira do Brasil”, conclui o professor.

SALINAS ESPERA ANSIOSA PELAS MUDANÇAS

As águas salgadas do atlântico, que deram nome a cidade de Salinópolis, região nordeste do Estado, podem guardar, em suas profundezas, um tesouro em forma de óleo. Este é o sentimento de confiança que toma a população de Salinas, desde que a ANP concedeu liberação para que empresas começassem a explorar áreas em busca de petróleo e gás na costa paraense.

Através de um convênio entre a UFPA a Petrobras, o município de Salinópolis, também conhecido como Salinas, ganhará um polo universitário que, entre outros programas de formação, poderá ofertar o inédito curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo. No último dia 22 de fevereiro, representantes da Universidade, da prefeitura municipal e da sociedade, participaram de um ato público de doação de 43 hectares de terra do município para a construção do Polo Universitário de Ciência e Tecnologia da UFPA.

“Estamos na expectativa para o início do polo da universidade e Salinas. Eles estão com interesse de ofertar, exatamente em nosso município, um curso na área de petróleo que deverá ser o único na Região Norte”, afirma o prefeito de Salinópolis, Vagner Curi, ressaltando que o polo dará importância nacional ao município, podendo se tornar referência em assuntos relacionados à produção e exploração de petróleo e



“Estes são os primeiros sinais positivos. Acredito que não iriam iniciar essa movimentação toda se ainda estivéssemos apenas no plano de pesquisa. A possibilidade de existência do petróleo e gás vem se confirmando com os próprios investimentos que estão sendo aplicados na cidade.”

VAGNER CURI, PREFEITO DE SALINAS

gás natural em todo o país. “Temos recursos em quantidade e qualidade na nossa região, precisamos saber aproveitá-los”, disse em entrevista.

Além do polo universitário, o prefeito de Salinas conta que o município – que até então tinha apenas duas agências bancárias – ganhará mais três, as quais deverão impulsionar a economia local. Também já estão em andamento as obras de reforma e expansão do aeroporto municipal, investimento do governo Federal. ➔

1 A primeira década do século XXI apresentou-se como momento de grande crescimento para o setor do petróleo brasileiro. Enquanto que em 2000 o setor contribuía com 5,32% para o Produto Interno Bruto, no ano passado este valor ultrapassou os 11%. Essa expansão foi fruto da exploração de novas reservas de hidrocarbonetos, além do aumento da produção e diversificação da matriz energética.

2 A OGX Petróleo e Gás, que pertence ao magnata Eike Batista, foi uma das empresas que arrematou áreas para exploração e produção nas rodadas de licitação da ANP. A empresa assinou contrato de concessão, como exige a Lei n.º 9.478/97, que confere o direito de explorar e produzir petróleo e gás natural, tendo suas atividades acompanhadas pela agência.

3 Os contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás no Brasil estão divididos em duas etapas. A primeira é a fase de exploração, que prevê as atividades destinadas a avaliar áreas, visado à descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural. A segunda é a de desenvolvimento e produção, que compreende o conjunto de operações e investimentos para viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás. A OGX encontra-se na primeira fase.



📍 O Sinpesca acompanha de perto a fase de prospecção atenta para que as atividades não impactem a atividade pesqueira na região

Rodrigo Cardozo

RISCOS AMBIENTAIS SÃO MONITORADOS

Segundo informações da ANP, na fase de exploração os riscos de contaminação pelo óleo são praticamente nulos. Pesquisadores da área petrolífera revelam que, agora, os cuidados são com a integridade física das pessoas e pequenas embarcações que transitam pela zona em estudo, por causa das explosões e descargas elétricas produzidas pelos instrumentos geofísicos.

Com o objetivo de mitigar os possíveis riscos à atividade pesqueira na costa paraense, o Sindi-

cato da Indústria de Pesca do Pará (Sinpesca) vem acompanhando de perto a fase da prospecção de petróleo e gás no Estado. De acordo com o consultor do sindicato, Paulo Studart Gomes, a pesca industrial não está em posição contrária ao desenvolvimento, no entanto o setor “faz questão de ser ouvido quando for elaborada qualquer pesquisa sobre a prospecção de óleo e gás na costa paraense”.

O consultor conta que as pesquisas podem impactar a pesca, já que o pescado costuma se concentrar na área da plataforma em busca da sombra projetada pela estrutura e dos resíduos orgânicos (restos de alimentos dos trabalhadores da plataforma) despejados

em área de maré.

Além disso, Studart alega que a barreira da zona em pesquisa apresenta riscos de influência na rota dos pescadores, que costumam desembarcar no porto de Bragança, o maior no litoral do Pará e que fica às proximidades da área pesquisada.

“Ressalto que a atividade pesqueira jamais se colocaria contra este empreendimento. O que queremos é que, tanto as autoridades ambientais quanto as empresas responsáveis pela exploração, ouçam o setor. Tudo ainda está em nível embrionário, sabemos disso, porém a inserção de possíveis políticas compensatórias precisa fazer parte do processo de planejamento”, explica Paulo Studart. 📍

COMO FUNCIONA UMA PLATAFORMA DE PETRÓLEO NO MAR



BOIAS GIGANTES

A plataforma flutuante fica apoiada sobre dois grandes cascos, que têm cerca de 50 metros de altura. Aproximadamente metade do casco fica sob a água, abaixo da ação das ondas, o que garante maior estabilidade. Em seu interior, elevadores dão acesso a tanques de combustível, reservatórios de água e caixa de esgoto.

CENTRAL SUBMARINA

No solo oceânico, na boca do poço de petróleo, fica um conjunto de válvulas chamado de “árvore de natal”. Ela centraliza as tubulações que penetram no subsolo em vários pontos do campo de extração. Da “árvore de natal” parte para a plataforma a mistura de gases, petróleo e água que sai do poço, numa ligação que pode ter mais de 2 quilômetros de extensão.

CAMINHO GASOSO

O gás natural separado na plataforma é levado até a costa por meio de dutos fixados no fundo do mar e que chegam a percorrer distâncias de até 120 quilômetros. O petróleo também pode ser transportados por tubulações semelhantes, mas muitas vezes, por conta de custos, opta-se pelo uso de embarcações para escoar o óleo extraído.

CAMINHO GASOSO

O gás natural separado na plataforma é levado até a costa por meio de dutos fixados no fundo do mar e que chegam a percorrer distâncias de até 120 quilômetros. O petróleo também pode ser transportados por tubulações semelhantes, mas muitas vezes, por conta de custos, opta-se pelo uso de embarcações para escoar o óleo extraído.

LANÇAR ÂNCORAS!

Apesar de não ter um pilar ligando-a ao solo oceânico, a plataforma flutuante não fica solta no mar. Âncoras especiais, encravadas 30 metros no subsolo, são usadas para mantê-la fixa. Os cabos de ancoragem são feitos de poliéster, um material flexível que ajuda a amenizar o peso sobre a plataforma. Correntes de aço são usadas apenas no começo e no fim dos cabos.

ROBÔ-MERGULHADOR

Antigamente, mergulhadores vistoriavam as tubulações e os cascos. Hoje, a maior parte do trabalho de inspeção e manutenção é feito por pequenos robôs que enviam imagens para os técnicos. A limpeza interior das tubulações também é feita com monitoramento remoto.

SEPARAÇÃO INDUSTRIAL

A plataforma de produção se assemelha a uma refinaria. Assim que a mistura de água, gás e óleo que vêm do poço oceânico chega até ela, uma série de equipamentos separa essas substâncias. A água é devolvida para o mar e o petróleo e o gás natural são mandados para a costa. Os gases não aproveitáveis queimam naquela chama eterna que se vê nas plataformas.

ARMAZÉM AQUÁTICO

Quando o petróleo não segue para a costa por um oleoduto, ele é estocado em um navio que funciona como um grande armazém aquático. Com o uso de correntes, ele é fixado a cerca de 2 quilômetros da plataforma e recebe dela (por uma tubulação) o petróleo extraído. Uma vez por semana, um navio menor alivia o estoque e leva o produto para a costa.

MORADIA TEMPORÁRIA

Na área mais segura da plataforma – perto do heliponto – fica o setor de moradia. Além de alojamentos, ele tem restaurante, sala de TV ou cinema, salão de jogos e algumas vezes espaço até para uma quadra de esportes. Sempre há cerca de 150 funcionários trabalhando na plataforma. Eles passam 14 dias no mar e depois 21 dias de folga.

Fonte: Revista Mundo Estranho. Foto Agência Petróbras.

É preciso investir em capacitação

PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS NO ESTADO DEMANDA MAIS QUALIFICAÇÃO, PRINCIPALMENTE PARA O INTERIOR DO ESTADO



POTÊNCIA DADOS DO SENAI APONTAM, AINDA, A MINERAÇÃO COMO A ÁREA QUE MAIS FORMOU MÃO DE OBRA NOS ÚLTIMOS ANOS. REPRESENTANDO: 6% MARABÁ, 42% PARAUPEBAS E 52% CANAÃ DOS CARAJÁS.

Em 2010, a geração de empregos no Pará bateu recorde com crescimento de 85% no saldo de postos de trabalhos, se comparado ao ano de 2009. O Mapa de Emprego Formal no Estado, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese/PA), no início deste ano, mostra que 54% destes postos de trabalhos foram gerados no interior do Estado, sendo o sudeste a região que apresentou maior geração de emprego, com aproximadamente 25 mil admissões em Parauapebas e 20 mil em Marabá. “Depois de um período de crises (2008 e 2009), que motivaram quedas expressivas no emprego formal em todo o Estado, as oportunidades de emprego voltaram a melhorar já a partir do final de 2009 e não pararam mais”, afirma o supervisor técnico do Dieese/PA, Roberto Sena.

Essas contratações reforçam a expectativa do Guia Pará Investimentos, da Fiepa, que aponta, para o Estado, um investimento de US\$ 50 bilhões, até 2014, sendo 63% deste total somente para o eixo sul e sudeste. Além disso, a previsão, só para os grandes projetos, é que sejam gerados cerca de 120 mil empregos nos próximos anos. Diante deste cenário, fica claro que o crescimento do Estado é inevitável, mas, infelizmente, ainda falta

mão de obra qualificada.

Hugo Suenaga, consultor técnico do Polo Sul e Sudeste do Pará do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), acredita que a falta de mão de obra qualificada trava o ritmo de desenvolvimento econômico da região e o custo/benefício de trazer profissionais de fora do estado não compensa. “Houve um crescimento muito forte e um descolamento entre demanda e a quantidade de trabalhadores qualificados. O ideal é dar oportunidade para os trabalhadores da região internalizando as riquezas extraídas do Estado. Além de beneficiar o local onde a indústria está instalada, o custo/benefício é bem mais viável do que trazer um profissional de fora”, conclui Suenaga.

BUSCA POR PROFISSIONAIS É TRABALHOSA

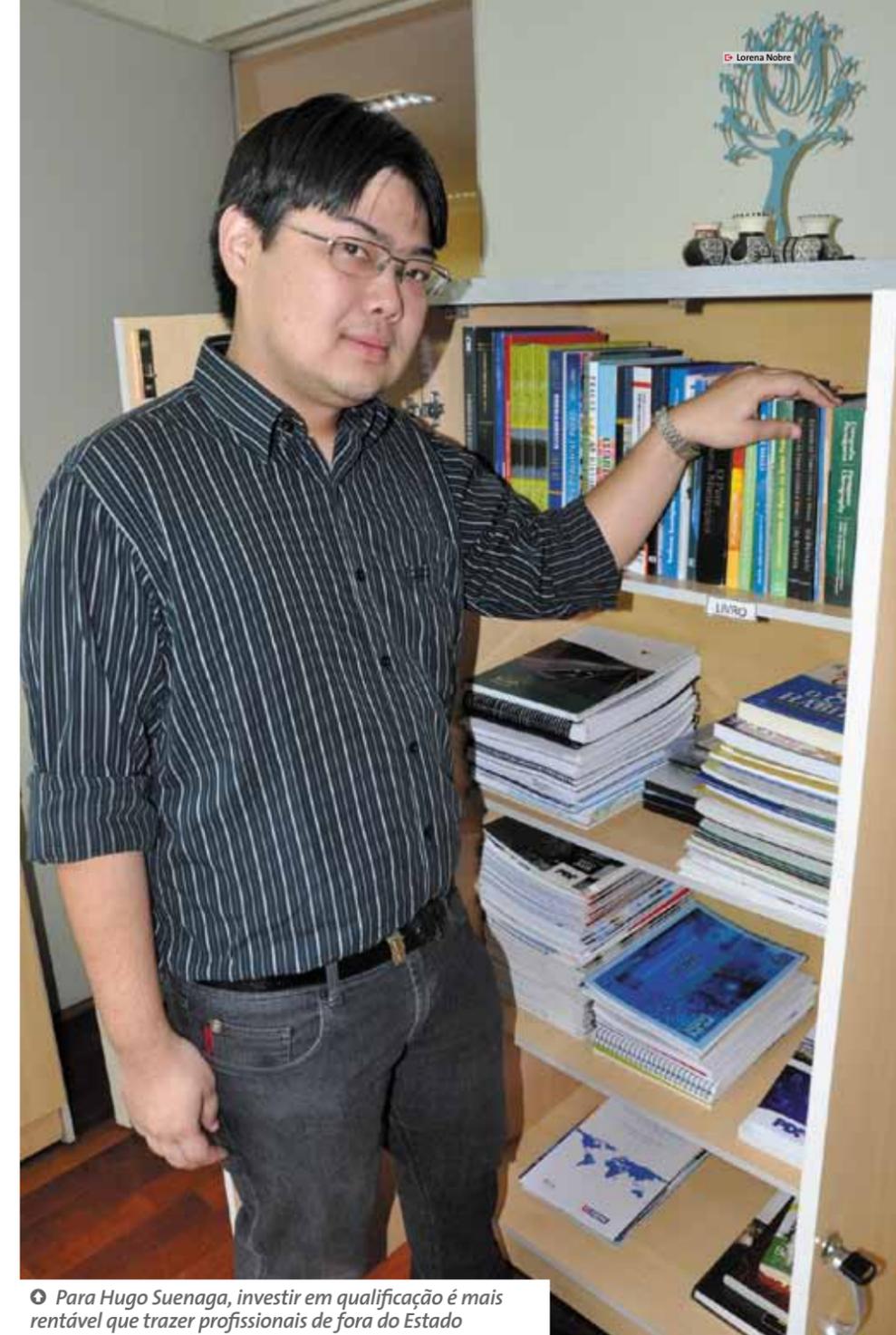
Para a empresa de Manutenção de Caldeiraria Elétrica (MCE), apesar da perspectivas de crescimento, é difícil encontrar profissionais qualificados para o trabalho. “Acredito que a região sudeste nos oferece um vasto campo para investimento, entretanto, mesmo absorvendo os alunos do Senai (Serviço Nacional

DIFICULDADE ATINGE TODOS OS NÍVEIS

E não são apenas as grandes indústrias que sofrem com a falta de mão de obra qualificada. Pequenos empresários também sentem dificuldades na hora da contratação. Irineu Lustosa é um deles. “A falta de profissionais especializados é um problema diário e, por mais que a demanda seja grande, faltam pessoas para ocupar o cargo”, conta o empresário que é dono de uma oficina mecânica, em Marabá. Ele se formou e foi instrutor no curso de mecânica de automóveis do Senai.

Para ele, a falta conhecimentos teóricos é o principal entrave na hora da contratação. “O mecânico pode até aprender um serviço com a prática, mas não poderá fazer um diagnóstico técnico com precisão sem os conhecimentos teóricos necessários”, ressalta.

E os problemas não estão apenas na falta da mão de obra qualificada. Segundo Priscila Lopes, gerente interina do Programa de Preparação para o Mercado de Trabalho (PPMT), da Vale, faltam pessoas para encaminhar à qualificação no Senai. “No Projeto S11D, de Ferro de Canaã, tivemos mais de 2 mil vagas disponíveis para etapa de implantação na área da construção civil e não obtivemos nem 600 inscritos”, lamenta.



Para Hugo Suenaga, investir em qualificação é mais rentável que trazer profissionais de fora do Estado

de Aprendizagem Industrial) estamos notando a falta de mão de obra qualificada para as ofertas do mercado”, afirma Aristides Fernandes, diretor da MCE.

Apesar da expectativa para este ano ser de 41 mil profissionais formados pelo Senai, o diretor regional do órgão, Gerson Peres, ressalta que para atender às necessidades do mercado local é necessária a participação do Governo Federal,

Estadual e Municipal para ampliar as oportunidades de qualificação. “Podemos trabalhar a profissionalização dos trabalhadores das indústrias através do Senai. No entanto, precisamos da ampliação de recursos para atingir metas mais ousadas. Temos que ampliar a verba com o intuito de fazer o projeto correr de maneira veloz e ampliar o número de vagas que dispomos hoje”, conclui Gerson Peres.



📍 Giselle Oliveira garantiu uma oportunidade de trabalho depois de ser qualificada pelo Senai no curso de técnica em Mineração

DIREITOS E DEVERES

ENCARGOS SOCIAIS: MODERNIZAÇÃO GERARIA NOVOS POSTOS DE TRABALHO

INSS, FGTS, seguro contra acidentes e contribuições a entidades de classe. Todos esses tributos, entre outros, formam a tabela de encargos sociais de uma empresa. Esses custos incidem sobre a folha de pagamento dos funcionários aumentando o valor final que deve ser pago pelos empresários. Por essa razão, muitos empreendedores são favoráveis à redução dos encargos ou até a eliminação de alguns itens.

Os encargos sociais são tributos criados por meio de leis federais e são direitos do trabalhador. “A principal função destas contribuições é manter o sistema previdenciário nacional. Toda contribuição, para ser criada ou extinta, deve ser aprovada pela União”, esclarece Eduardo Brito, coordenador da área trabalhista do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados.

Sem dúvida, os encargos se configuram como garantias para o empregado, como no caso de demissão sem justa causa e acidentes. Mas quanto eles sobrecarregam as empresas? “Antes de contratar alguém, o empregador avalia quanto será o valor total do salário somado aos encargos destinados àquele trabalhador. Ou seja, antes de contratar, todo o cenário é avaliado para saber os prós e contras de trazer um novo profissional à empresa”, pondera o advogado.

Portanto, se existe todo um “pé no freio” antes de contratar, de acordo com Eduardo, é possível afirmar também que o alto valor dos encargos reduz a geração de empregos e até a formalização de postos de trabalho. “Há sempre uma contrariedade com relação aos encargos. Eles majoram, sim, o custo de uma contratação. Com certeza, a redução (de alguns impostos) como o seguro, por exemplo, fomentaria o aumento do número de empregos”, ratifica.

Para provocar uma mudança efetiva no atual cenário tributário brasileiro seria necessária uma reforma no setor – com exceção do FGTS, uma possível redução em alguns dos demais tributos não influenciaria em nada nos benefícios garantidos ao empregado. “Empresa e funcionário seriam beneficiados. Teríamos menos impostos a recolher e mais verba a investir na contratação e no setor produtivo, além de abrir a possibilidade de o empregado irregular ter chance de se regularizar. É o que chamados de formalização de empregos”, explica Eduardo.

Apesar de ser um tema estratégico para a área trabalhista, o advogado ressalta que o Brasil está



“HÁ SEMPRE UMA CONTRARIEDADE COM RELAÇÃO AOS ENCARGOS. ELES MAJORAM SIM O CUSTO DE UMA CONTRATAÇÃO. COM CERTEZA, A REDUÇÃO (DE ALGUNS IMPOSTOS) COMO O SEGURO, POR EXEMPLO, FOMENTARIA O AUMENTO DO NÚMERO DE EMPREGOS.”

EDUARDO BRITO, ADVOGADO

caminhando para um diálogo sobre impostos tributários. “O momento que o país vive é próprio para uma reflexão, uma reavaliação do contexto econômico atual e até se pensar em uma modernização da legislação tributária”, conclui o advogado Eduardo Brito. ➔

CONVÊNIOS REFORÇAM A QUALIFICAÇÃO

No sudeste do Estado, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, estão instalados três dos 14 Centros de Educação Profissional do Senai. Com o aumento das demandas do mercado, a instituição começou obras em Marabá que aumentam a capacidade de dois mil para oito mil profissionais qualificados por ano.

Grandes parcerias do Senai marcam o expressivo aumento da demanda de mão de obra, como o convênio Vale-Alpa, em Marabá, com previsão de oito mil profissionais qualificados até 2012; e o convênio com a Vale, em Canaã dos Carajás, com previsão de cerca de quatro mil profissionais em 2011.

Dentro desta demanda está a jovem Giselle Oliveira, 23 anos, que saiu de Belém para tentar a

vida em Parauapebas e prestou o curso de habilitação técnica em Mineração no Senai. Antes mesmo de se formar, ela já estava estagiando dentro da Mina de Cobre do Sossego, em Canaã dos Carajás. “O curso no Senai me possibilitou o entendimento do processo de extração do minério, de como identificar e conhecer os beneficiamentos do mineral e acredito que meu diploma irá garantir a minha vaga como contratada”, anseia Giselle.

Assim como Giselle, Samuel Rosa, 35 anos, resolveu mudar de vida e sair do emprego de vigilante para virar ferreiro armador. Hoje, Samuel prepara vigas de estrutura para pontes e obras de grandes projetos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e sonha em ir mais longe. “O Senai foi essencial para que hoje eu conquistasse uma vaga no mercado de trabalho. Fico feliz que meu esforço tenha sido reconhecido. A minha expectativa não é só ficar nessa área, mas chegar a nível superior da engenharia”, declara Samuel. ➔

“Podemos trabalhar a profissionalização dos trabalhadores das indústrias através do Senai. No entanto, precisamos da ampliação de recursos para atingir metas mais ousadas. Temos que ampliar a verba com o intuito de fazer o projeto correr de maneira veloz e ampliar o número de vagas que dispomos hoje.”

GERSON PERES, DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Competitividade e inovação unidas

EMPRESAS QUEM INVESTEM NA MELHORIA DE SEUS PROCESSOS CONTAM AGORA COM UM NOVO ALIADO: O NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Lei de Inovação Tecnológica é a Lei No. 10.973 de 2 de dezembro de 2004, regulamentada no dia 11 de outubro de 2005 pelo Decreto No. 5.563. Esta lei foi criada para:

- 1 Estimular a criação de ambientes especializados e cooperativos de inovação
- 2 Estimular a participação de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) no processo de inovação
- 3 Estimular a inovação nas empresas
- 4 Estimular o inventor independente
- 5 Estimular a criação de fundos de investimentos para a inovação

Etimologicamente, a palavra inovação vem do latino *innovatio*, tratando-se de uma ideia, método ou objeto que é criado e pouco se assemelha aos padrões anteriormente desenvolvidos. Hoje, mesmo com todos os tipos e classes de inovação existentes, o conceito que perdura é, em geral, o mesmo.

O termo também encontra grande expansão no meio econômico, aonde pode referir-se a invenções que chegam ao mercado, ou, mais ainda: produzir mais com menos recursos. Com o aumento da consciência ambiental e da voracidade do mundo dos negócios, a inovação tecnológica torna-se quase que obrigatória para grandes e microempresas que almejam uma fatia (maior) do mercado. Não é à toa que o número de consultorias em inovação só cresce no Brasil e o próprio governo criou, no ano de 2004, a Lei de Inovação Tecnológica, sendo inclusive a primeira lei brasileira que trata do relacionamento entre universidades e empresas.

Uma instituição que faz este tipo de conexão é o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que no Pará aplicará neste ano o Núcleo de Inovação Tecnológica, parte da Rede de Núcleos de Inovação (RNI), do Movimento Empresarial pela

Inovação (MEI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Direcionado à micro e pequenas empresas paraenses, o núcleo atuará nos mais diversos setores industriais com o objetivo de estimular estes negócios, proporcionando maior competitividade aos empreendimentos do Estado, contribuindo para o crescimento e fortalecimento do Pará – que historicamente é taxado de estado rico, mas com uma população pobre.

Segundo o gestor do Núcleo Paraense de Inovação, vice-presidente da Fiepa e diretor regional do IEL/PA, Gualter Leitão, “o núcleo trabalhará desde a definição do conceito de inovação ao processo de produção, logística de suprimento e fluxo de informação. A ideia é trabalhar a consciência de qualquer nível empresarial e se adequar aos novos conhecimentos existentes”.

Agindo em três diferentes polos no estado (Belém, Marabá e Santarém), o Núcleo de Inovação Tecnológica do IEL, com suporte da CNI e do Sebrae vem trazer a micro e pequenas empresas do Estado a elaboração e implantação de Planos de Inovação, a fim de desenvolver projetos que possam ser aprimorados e submetidos a órgãos de fomento através de ações de mobilização, capacitação, consultoria e assessoria.



Fátima Chamma, diretora da Chamma da Amazônia, investe constantemente em pesquisa como forma de aprimorar seus produtos, tornando-os sustentáveis e com retorno econômico

PESQUISA PERMANENTE É UMA OPÇÃO

Um grande exemplo de inovação tecnológica em uma empresa paraense são as pesquisas e produtos idealizados pela perfumaria Chamma da Amazônia, que através da Fluidos, responsável pela fabricação dos mesmos, vive em constante aprimoramento e inovação de seus produtos. A perfumaria trabalha atualmente com linhas de perfumaria pessoal, produtos de banho, para o corpo e para ambiente, todas levando como principal matéria-prima os insumos amazônicos. Mas a história começou em 1960, artesanalmente e com uma linha bem menor.

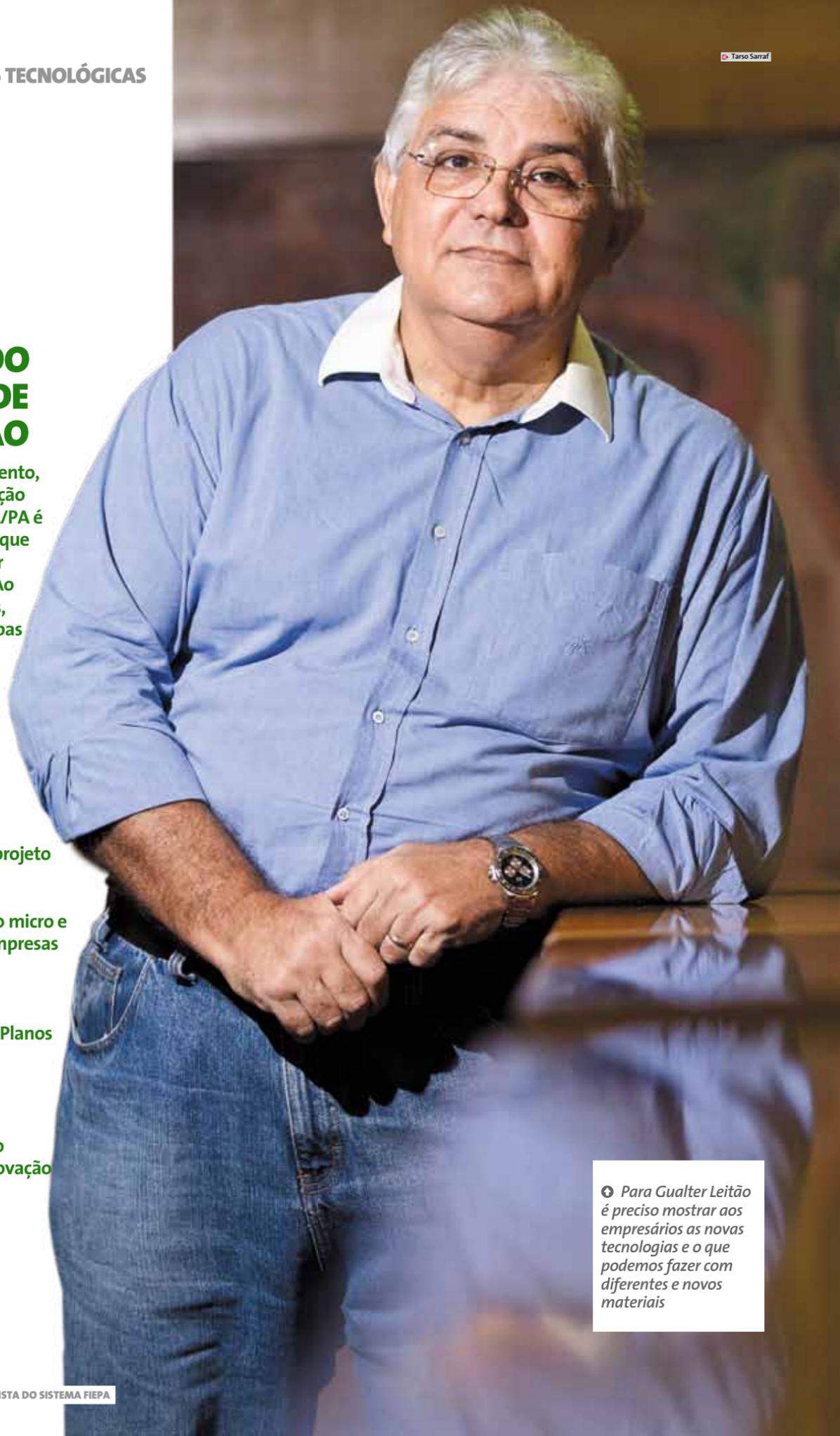
A revolução veio mesmo com a criação da Fluidos, em 1996, que desde o princípio já vinha com a ideia da inovação. “Foi a partir de um projeto de incubadora de novos negócios realizado pela Uepa (Universidade do Estado do Pará) e Sebrae que a ideia cresceu. Desde então, o trabalho de pesquisa é permanente e vai de antropologia à pesquisa científica para a melhoria da qualidade dos produtos e do processo, visando a sustentabilidade e também, o retorno econômico”, afirma Fátima Chamma, diretora executiva da empresa.

A *oriza*, ou na linguagem popular, o *patchouli*, é uma planta de origem indiana e foi trazida à nossa região pelos colonizadores, onde foi cultivada principalmente no Pará e no Maranhão. Comumente utilizada, mas artesanalmente, foi objeto de estudo da Chamma em parceria com a Embrapa para verificar a viabilidade econômica e as melhores

ETAPAS DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO

No primeiro momento, o Núcleo de Inovação Tecnológica do IEL/PA é um projeto piloto que pretende se tornar fixo no instituto. Ao longo de três anos, estas serão as etapas realizadas nesta primeira fase:

- 1 Sensibilizar 300 micro e pequenas empresas industriais paraenses a respeito do projeto
- 2 Capacitar 150 micro e pequenas empresas
- 3 Elaborar 120 Planos de Inovação
- 4 Implantar 80 Planos de Inovação no Estado
- 5 Elaborar 80 Projetos de Inovação



Para Gualter Leitão é preciso mostrar aos empresários as novas tecnologias e o que podemos fazer com diferentes e novos materiais

INOVAR E PRESERVAR, SEMPRE

São casos como o da Chamma da Amazônia, da Nobless e da Ekoara que demonstram os benefícios, rentabilidade e destaque que empresas com iniciativas inovadoras adquirem no mercado contemporâneo. Neste contexto, o Núcleo de Inovação Tecnológica é fundamental para incentivar empresas da região a trabalharem este tema, afinal, nossa economia é historicamente baseada no binômio extrativismo-exportação e essa condição tem resultado ao Pará um baixo nível de desenvolvimento, pois ao exportar suas matérias-primas, exporta junto todos os benefícios socioeconômicos oriundos desse processo de transformação.

“Os setores produtivos da Amazônia vivem uma constante dicotomia: produtividade x preservação ambiental. Com o Núcleo, provamos que é possível produzir sem atingir o meio ambiente, investindo em tecnologia e criando mecanismos alternativos de produtividade baseados no respeito à natureza. Precisamos mostrar ao empresário as novas tecnologias e o que podemos fazer com diferentes e novos materiais. É preciso intuir que a inovação possui vários níveis, de fontes e aplicações”, conclui Gualter.

formas de plantio, extração, industrialização e até mesmo a aceitação de mercado. “Toda inovação traz benefícios. Ela aumenta a geração de renda, de novos produtos e a sustentabilidade”, garante Fátima que completa: “estas pesquisas em parceria com outras entidades procuram minimizar os riscos de forma saudável. A maioria das ideias sai da própria empresa, que vislumbra o que pode ser criado e junto a consultores profissionais viabiliza a inovação”, conta a diretora da Chamma.

Hoje, a perfumaria que era apenas local, possui franquias em São Paulo, Brasília, Florianópolis, Salvador e Manaus; a linha de 20 produtos transformou-se em 21 linhas de produtos variados; já ganhou diversos prêmios em tecnologia e, o número de funcionários, que era três em 1996, agora é de 30 trabalhadores.

RESÍDUOS GERAM OPORTUNIDADES

Mas, nem toda inovação tecnológica precisa de tantas pesquisas e recursos para otimizar a produção e a logística da uma indústria. A Nobless Móveis e Modulados é uma microempresa paraense que age conjuntamente à Farrezo, do mesmo ramo e com proprietários irmãos. A principal matéria-prima da Nobless é o MDF, tipo de madeira usado principalmente na fabricação de modulados. Lá, os resíduos mensais de MDF que somam mais de 500 quilos de madeira, antes ficavam acumulando e ocupando espaço no galpão da fábrica e, posteriormente, eram jogados fora. Agora, uma pequena atitude mudou trouxe benefícios para a Nobless e para uma outra empresa. “Há um pouco mais

de três meses, passamos a fornecer estes resíduos para uma fábrica de briquetes (lenha ecológica) em Icoaraci. Adquirimos mais espaço físico e outra indústria reaproveita este material em sua produção”, conta Benedito Ribeiro, proprietário da Nobless.

O reaproveitamento de MDF também foi uma iniciativa da Ekoara Design, mas, ao invés de transformá-la através da combustão, a empresa o faz através de ideias. “Nós estamos no mercado há oito anos trabalhando com o design de produtos, ou seja, na criação e produção de embalagens e logomarcas de indústrias já consolidadas. Há pouco mais de um ano, resolvemos criar e fabricar produtos próprios, como relógios, luminárias etc. O diferencial, além do design mais criativo, é a reutilização e releitura que damos a certos materiais, como por exemplo, o MDF”, conta Flávio Lima, proprietário da Ekoara.

A fornecedora da matéria-prima foi a Léo Madeira, movelaria de São Paulo que também produz resíduos de madeira e fez o fornecimento para os primeiros produtos da Ekoara, como o relógio “Ekhora”, fabricado através de tabletes de MDF. A peça foi finalista da EcoLeo, premiação de ecodesign da fábrica. Outra ideia foi a da elaboração da luminária “Pingado”, a partir dos famosos compos americanos da Nadir Figueiredo, usados nos bares mais tradicionais do Brasil.

No atual momento, a Ekoara se encontra em fase de análise de mercado, para estudar o público-alvo, viabilidade econômica, fornecimento de matéria-prima e de mão de obra. “Contamos agora com três pessoas na idealização dos produtos e mais três na confecção, precisando de mais pessoal qualificado. Com esse estudo, saberemos ou não se esta nova fase da empresa é possível”, esclarece o proprietário. ➔

Na indústria, também se cuida da saúde

CAMPANHA BUSCA CONSCIENTIZAR FUNCIONÁRIOS DO SETOR SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO À AIDS



Oseás de Souza é um dos trabalhadores da Rondobel que receberam orientação sobre como se prevenir do HIV

Tarso Sarraf

Apesar da facilidade no acesso à informação, o Brasil ainda possui um grande número de pessoas que desconhecem os fatores incidentes da AIDS, o que gera preconceito e aumenta a quantidade de mitos sobre a doença. De 1980 a junho de 2007 foram notificados 474.273 casos de AIDS no país – 289.074 no Sudeste, 89.250 no Sul, 53.089 no Nordeste, 26.757 no Centro Oeste e 16.103 no Norte. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, a incidência de AIDS tende à estabilização. Mas no Norte e Nordeste, a tendência é de crescimento. Segundo critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil tem uma epidemia concentrada, com taxa de prevalência da infecção pelo HIV de 0,6% na população de 15 a 49 anos.

Diante desta realidade nacional, o Serviço Social da Indústria (Sesi) no Pará iniciou em fevereiro, mais uma campanha de conscientização sobre a AIDS. Com o tema “No trabalho e na vida pessoal, segurança é fundamental”, mais de 15 empresas foram atendidas pelas ações do Sesi nas cidades de Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Castanhal.

De acordo com o gerente de saúde do Sesi, José Nelson Conceição, durante toda a campanha, foram enviados às indústrias da capital e do interior, materiais como cartazes e folders, para motivar o diálogo sobre o tema e contribuir para a conscientização dos trabalhadores, além de reforçar a importância do combate ao preconceito, foco da campanha deste ano. “A iniciativa é nacional e foi realizada pelos departamentos regionais do Sesi de todo o país. Palestras de conscientização e entregas de preservativos também fizeram parte da ação”, destaca Nelson Conceição.

A primeira empresa industrial a receber a campanha foi a DVN Vidros Ltda, localizada em Ananindeua, região metropolitana de Belém. A empresa aproveitou a oportunidade de realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat), para oferecer aos seus mais de 50 trabalhadores uma palestra sobre prevenção ao vírus do HIV, que ganhou força nas vésperas do carnaval.

De acordo com a psicóloga do Sesi, Sandra Dantas, responsável por ministrar a palestra, os funcionários são instruídos abertamente sobre atitudes preventivas, desde a higiene pessoal ao uso do preservativo para evitar as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) mais simples ao HIV. “Nossa equipe também distribuiu preservativos e folhetos explicativos sobre a doença aos trabalhadores”, destaca.

32.628

EM 2006, NO BRASIL, FORAM REGISTRADOS 32.628 CASOS DE AIDS. EM 2005, FORAM 35.965 CASOS, REPRESENTANDO UMA TAXA DE INCIDÊNCIA DE 19,5 CASOS PARA CADA 100 MIL HABITANTES.

SOBRE A AIDS

1 Causada pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana), a Aids enfraquece o sistema imunológico do ser humano, deixando-o mais vulnerável a outras doenças.

2 O vírus é transmitido por meio de fluidos do corpo humano durante a relação sexual sem proteção, a transfusão de sangue, o uso compartilhado de seringas entre usuários de droga, além da transmissão de mãe para filho durante a gestação ou amamentação.

3 Sexualmente, a contaminação se dá entre homens e mulheres e homens e homens. Apenas um caso de transmissão de mulher para mulher foi relatado mundialmente.

4 A pessoa contaminada pode demorar até dez anos para desenvolver algum sinal da doença, por isso, a única maneira segura de fazer o diagnóstico da infecção é pelo exame de sangue.

5 Para pessoas consideradas do grupo de risco (usuários de drogas e pessoas com vida sexual ativa sem proteção), os médicos recomendam que os exames sejam repetidos de seis em seis meses.

6 Em estágio avançado, o doente costuma manifestar sintomas de outras doenças, como a pneumonia, causadas por vírus ou bactéria que se aproveita da fragilidade do organismo.

FONTE:
ONU (Organização das Nações Unidas)
OMS (Organização Mundial de Saúde)
Ministério da Saúde do Brasil.



DÚVIDAS AINDA SÃO COMUNS ENTRE OS TRABALHADORES

Alguns trabalhadores da Rondobel, madeireira do Distrito Industrial de Icoaraci, que também recebeu a campanha do Sesi, possuíam dúvidas bem comuns a respeito da contaminação do vírus. Sônia Reis, assistente social do Sesi e ministrante da palestra, esclarece estas questões.

JOCIVALDO DE SOUZA (34), PRANCHEIRO



“Tenho dúvidas sobre o contato do sangue com a pele. A filha de uma vizinha minha tem o vírus do HIV e sempre brinca com meus filhos. Quando há algum ferimento com sangue, há risco de contaminação?”

Sônia - Não, o contato entre sangue e pele não transmite o HIV. Além de não penetrar no tecido, assim que entra em contato com ar, o vírus morre, impossibilitando a contaminação.

ELIEL AZEVEDO (27), OPERADOR DE MÁQUINAS



“Podemos contrair Aids através do beijo e da saliva?”

Sônia - O risco da transmissão pela saliva foi avaliado em vários estudos.

Eles mostraram que a concentração do vírus na saliva é extremamente baixa, sendo muito difícil a contaminação. Seria preciso que houvesse lesões na boca com sangramentos. Ou seja, o beijo na boca apresenta baixíssimo risco de contágio. Até hoje, apenas um caso de contaminação por beijo foi comprovado.

JOSÉ VALDIR DA CUNHA (41), ENCARREGADO DE PRODUÇÃO



“A Aids é uma doença como outra qualquer? Como ela age no corpo?”

Sônia - O vírus do HIV atinge os glóbulos brancos do ser humano. Essas células são responsáveis pela nossa imunidade, elas combatem e previnem doenças. Sem elas, até mesmo uma simples gripe pode matar. Assim, a pessoa não morre necessariamente de Aids, mas sim das doenças que o corpo adquire por conta dela e se desenvolvem.

SERVIÇO

A empresa que queira solicitar palestras, ações ou outras dinâmicas realizadas pela Gerência de Educação do Sesi, basta encaminhar um email para gerenciasaude@sesipa.org.br direcionado ao gerente do setor, Nelson da Conceição. Para outras informações: (91) 4009-4922.

OSÉAS DE SOUZA (38), AUXILIAR DE PRODUÇÃO



“O preservativo feminino é tão eficiente na prevenção da Aids quanto o masculino?”

Sônia - A camisinha feminina, apesar de não ser muito comum, é tão eficaz quanto a masculina. Ainda com a vantagem de que a mesma pode ser utilizada antes do momento da penetração, como uma espécie de absorvente interno, por exemplo.



UM NOVO OLHAR PARA A INDÚSTRIA DE CONFEÇÃO NO PARÁ

RITA ARÊAS

PRESIDENTE DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CONFECCÕES DO ESTADO DO PARÁ

Grandes projetos estão sendo esperados para o Estado do Pará nos próximos três anos. Os números são grandiosos e chegam a superar a marca dos 50 bilhões de dólares. Investimentos que gerarão oportunidades de empregos em vários segmentos produtivos. As vagas são estimadas em mais de 119 mil novos postos de trabalho, um crescimento fabuloso e que impactará diretamente para o desenvolvimento da indústria de confecção.

De forma prática, o segmento da confecção vislumbra conquistar e internalizar uma fatia considerável do volume de uniformes que as empresas vão precisar, algo em torno de 500 mil peças. No entanto, para conseguir atender esse volume de uniformes profissionais é necessário investir na qualificação de mão de obra. Diferente de que muitos possam pensar, a indústria de confecções precisa de profissionais capacitados como designer de moda. Hoje as grandes empresas não querem mais uniformes “conservadores”. As indústrias exigem simplicidade e sofisticação. Elas querem uniformes arrojados, que possam refletir sustentabilidade e surtir o efeito subliminar da marca da empresa.

Aliás, criatividade é o ponto chave da indústria de confecção paraense. Além de buscar inovações, o setor quer garantir a geração de renda aqui dentro do nosso Estado. As indústrias não precisam buscar uniformes em outros Estados. Aqui há uma indústria que poderá e vai atender esse mercado. É claro que vamos precisar de parcerias para mostrar aos empresários do segmento de confecções que não basta cortar e bordar. O setor precisa se modernizar.

Nosso diferencial está justamente nas ações conjuntas entre o governo e diversas entidades para fomentar a capacitação deste importante segmento produtivo. Como exemplo, temos a parceria do Sindusroupa com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no Pará, que está disponibilizando cursos de capacitação e qualificação, tendo como foco inicial as funções que provocam os principais gargalos como falta de mão de obra qualificada e capacitada; ausência de uma política de incentivos fiscais voltada

para o segmento; falta de uma linha de crédito também direcionada ao segmento; inovação tecnológica, entre outros. É claro que o Sindusroupa está lutando para reverter este quadro. Por isso, está fundamentando seu planejamento estratégico em quatro pontos: fortalecimento do associativismo; promoção do encaideamento entre indústrias compradoras com indústrias fornecedoras; prioridade em ações relacionadas à gestão empresarial como mercado, design, inovação tecnológica, meio ambiente e produtividade; e por último, estímulo à estruturação de projetos apoiados de modo a assegurar um processo de crescimento com sustentabilidade às empresas.

E é com base neste último que o Sindusroupa iniciou o Procompi (Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas), que resulta de uma parceria entre o Sebrae e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), apoiado pela Fiepa. As empresas industriais do segmento de confecções e sindicatos que participam do Procompi conseguem receber orientações da melhor maneira para fortalecer as empresas do mesmo segmento produtivo e assim conseguir enfrentar os problemas comuns.

Só incrementando o nível de articulação do setor e aumentando o nível profissional, inclusive na gestão empresarial, é que conseguiremos aumentar a competitividade do setor de confecção. Agora, o momento é para unir forças entre o setor produtivo, governos e demais instituições para que ações sejam viabilizadas e tenham como principal resultado o fortalecimento da indústria de confecções e, conseqüentemente, da economia paraense. Já temos o principal: a vontade de fazer melhor. Só precisamos do apoio das próprias empresas e dos governos para mostrar nosso potencial. ➔



Invista e valorize os talentos

SAIBA COMO RETER OS TALENTOS EM SUA EMPRESA E A IMPORTÂNCIA DE INVESTIR NA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

Não restam dúvidas: o mercado de trabalho muda a cada minuto e, com ele, também se modifica o perfil dos profissionais. Se antes uma carreira de sucesso era definida pelo tempo de permanência em uma única empresa, hoje, ela é determinada pela busca das melhores oportunidades de crescimento profissional, independente do local. Mais do que estabilidade, os novos profissionais buscam gerir suas carreiras e é aí que as companhias devem aprimorar sua política de Recursos Humanos de forma que possibilite reter estes talentos.

“As empresas sabem que é muito vantajoso reter talentos, mas, às vezes, não sabem como agir. Os profissionais, em sua maioria, procuram se responsabilizar mais pela própria carreira, é o que chamamos de gestão de carreira, ou seja, ele não espera a empresa oferecer uma colocação no mercado, ele vai atrás das melhores oportunidades”, explica Silma Ferreira, especialista em psicologia organizacional e do trabalho e diretora da Impar Formação Profissional.

Quando falamos em retenção de talentos, estamos falando também de valorização e reconhecimento. “O que mantém muitas pessoas em uma empresa, além de um bom salário, é uma possibili-

dade de crescimento interno. Mas, algumas empresas esquecem de valorizar os próprios profissionais e tendem a contratar pessoas de fora para assumir cargos mais altos, muitas vezes, sem nem considerar quem está dentro. É uma falha, porque quando ele percebe, perdeu um bom profissional”, alerta Silma.

Com um mercado cada vez mais competitivo, independente do segmento, novas empresas surgem e buscam seus profissionais, principalmente na concorrência. É aí que surge o risco de perder talentos fundamentais para o andamento do negócio. Para Silma Ferreira, além da concorrência ter aumentado, a falta de perspectiva contribui para que o profissional não fique amarrado a uma única empresa. “Se o profissional estiver em um emprego, em que tem oportunidade de se desenvolver dentro da empresa, ele vai considerar bastante antes de aceitar uma nova proposta. Ele tende a avaliar melhor os prós e contras da mudança”.

Luiz Carlos e Emerson compartilham, além da mesma empresa, a vontade de crescer internamente e serem valorizados



MOTIVAÇÃO E DESAFIOS AJUDAM

Segundo Silma, para um profissional permanecer em uma empresa, ele precisa se sentir motivado, engajado, desafiado, valorizado e com uma remuneração justa. É o que faz a Albras, produtora de alumínio sediada em Barcarena, que possui um sistema de gestão que desenvolve ações para atrair, identificar, desenvolver e reter talentos. “A Albras possui uma política de remuneração compatível com o mercado nacional, com benefícios diferenciados e programa de desenvolvimento que possibilita o crescimento pessoal e profissional”, conta Maria do Socorro Silva, gerente da Área de Recursos Humanos da empresa.

A Albras busca sempre esti-

mular os empregados para que, permanentemente, desenvolvam suas carreiras dentro da empresa, no entanto, Maria do Socorro ressalta que sempre há risco de que alguém busque oportunidades fora da empresa. “Para minimizar estes riscos, desenvolvemos várias ações como a manutenção de clima e ambiente organizacional, estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional, entre outros”, diz.

Para o gerente geral de área de Carbono da Albras, Luiz Carlos Costa, é justamente a oportunidade que crescimento interno que o faz permanecer em uma mesma empresa por tanto tempo. “Entrei na Albras como trainee, em 1987, na área de engenharia de projetos. Passei por vários cargos e áreas até chegar, hoje, à gerência geral do Carbono”, detalha.

Para ele, ter a oportunidade de passar por várias áreas, além do incentivo à capacitação, foi fundamental. “O alinhamento com a minha formação foi muito importante e as oportunidades que a empresa me deu me possibilitaram um crescimento muito grande. Não fiquei restrito ao campo da engenharia”, conclui.

Quem está no mesmo caminho de Luiz Carlos, só que há menos tempo, é o engenheiro de manutenção da gerência geral de Fundação da Albras, Emerson Santos. Na empresa desde 2004, Emerson também já passou por vários setores depois de participar por recrutamentos internos. No entanto, ele faz questão de gerir sua carreira com a definição de metas. “Tenho planos de seguir carreira dentro da Albras, mas esse plano, não leva menos que 8 ou 10 anos. E eu já tenho seis anos de empresa. Mas eu não penso na minha vida só aqui dentro. Eu me preparo também para o mundo lá fora. Procuo considerar todas as possibilidades” afirma. <

OS MOTIVOS QUE LEVAM OS MELHORES EMPREGADOS FUGIR DAS EMPRESAS

- ↳ Insatisfação com a companhia
- ↳ Sentimento de frustração profissional
- ↳ Não reconhecimento dos resultados pelo chefe
- ↳ Regras obscuras de promoção
- ↳ Falta de oportunidades de desenvolvimento
- ↳ Ausência de critérios claros para a avaliação de desempenho
- ↳ Política salarial que não estimula a luta pelos objetivos gerais da companhia

REDES E MÍDIAS SOCIAIS: QUAL O MOMENTO EXATO PARA QUE A EMPRESA FAÇA PARTE DE SITES COMO TWITTER E FACEBOOK? COMO PERMITIR O ACESSO DOS EMPREGADOS SEM PREJUDICAR A PRODUTIVIDADE?

Elas já demitiram diretores e acabaram com a reputação de celebridades e entidades. Disseminam vírus e muitas empresas querem distância. Mas elas também são as causadoras de grandes sucessos e visibilidade. São instrumentos de informação e, ainda que em menor proporção, começam a ganhar a aceitação dos empresários. Alguns dizem que elas atrapalham a produtividade, outros que elas na verdade colaboram com a comunicação. Afinal de contas, as chamadas mídias e redes sociais são vilãs ou heroínas no mundo corporativo? O uso de sites como o *Twitter*, *Orkut*, *Facebook* e *blogs* em geral deve ser liberado nas empresas? Até que ponto eles se tornam positivos ou negativos, afetando ou não a produtividade?

Exemplos para defender cada lado deste debate não faltam e acontecem diariamente no mundo virtual, cada vez mais presente, não somente pelos computadores e notebooks, mas por celulares, *tablets* e até mesmo televisões e aparelhos leitores de mídias, como *blu-ray* e videogames. Saber como utilizar estes sites, seja como forma de lazer ou ferramenta de trabalho, é o segredo para que as respostas das perguntas acima venham à tona. Ficar atento com relação ao



exagero, à divulgação de informações indevidas – sejam da empresa ou pessoais – põe o limite entre um sucesso imediato em um mundo conectado e atento e o desastre total da imagem da marca ou demissão de um ou vários profissionais – quem sabe até prisões e processos.

Caso famoso, e até mesmo clássico, do impacto negativo que as redes e mídias sociais podem causar é o do então diretor comercial da empresa Locaweb, Alex Glikas, demitido por ter postado um *tweet* (como são chamadas as mensagens escritas no *Twitter*) ironizando a torcida do São Paulo Futebol Clube. Na época, a empresa de serviços de

web patrocinava o time paulista e estampava a marca na camisa do clube. Uma incoerência que causou muitas mensagens contra a Locaweb, diversas matérias a respeito do assunto em sites diversos, como blogs e portais de notícias e o afastamento permanente de Glikas.

REGRAS SÃO NECESSÁRIAS, DIZ CONSULTORA

É nesse ponto que o bom senso deve ser dominante junto aos empregados e profissionais que

REDES E MÍDIAS SOCIAIS

PONTOS POSITIVOS

- ⇒ Possibilidade de divulgação gratuita, aumentando o valor e melhorando a imagem da marca
- ⇒ Retorno crítico das ações, ou seja, consultoria gratuita do que está sendo positivo ou negativo
- ⇒ Interatividade direta com o público-alvo. Com a inclusão digital, é possível alcançar públicos diversos, seja ele A, B, C ou D

PONTOS NEGATIVOS

- ⇒ Possibilidade de perda de produtividade, o que pode gerar demissões
- ⇒ Risco de vazamento de informações confidenciais, o que pode gerar processos
- ⇒ Risco de infecção dos computadores por vírus, afetando a segurança de informações

prestam serviço em qualquer instituição, seja ela pública ou privada – algo que vale até mesmo para o lado pessoal. “Um ponto importante é que existam regras. Isso, na verdade, vale para tudo dentro de uma empresa. O empregado precisa estar ciente do que não pode fazer, do contrário, em teoria, tudo é válido. Então, o ideal é que exista uma política de uso destes sites, do que pode e o que não pode ser acessado.” A recomendação é da psicóloga e consultora de Recursos

Humanos, Bonnie Faccioli Braga, que trabalha no Instituto Euvaldo Lodi (IEL) com recrutamento de pessoal.

Nesse ponto, bloquear o acesso às redes sociais pode não ser a solução. “Hoje, há vários recursos disponíveis e a empresa não tem como ter um controle total sobre isso. Então eu acredito que vai muito, como tudo na vida, da consciência de cada um, de cada profissional”, ressalta Bonnie.

Sendo assim, segundo a psicóloga, não é a possibilidade de acesso *Twitter* e *Orkut*, por exemplo, que irá diminuir a produtividade. Isso porque é praticamente impossível que o ser humano passe horas focado em uma única atividade, concentrado apenas o trabalho durante todo o expediente comercial. “Eu não vejo pecado nenhum nisso, desde que isso não venha a atrapalhar. O que não pode, claro, é ficar dando um foco maior para estes sites, uma atenção maior ou desperdiçando um tempo grande a ponto de interferir nas ações das atividades diárias. É um questão de bom senso. Bloquear em si é muito arcaico, do meu ponto de vista”, diz Bonnie.

VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS

Mas o comum nas empresas ainda é o de restringir ao máximo o uso das redes e mídias sociais, salvo alguns setores, geralmente aqueles responsáveis pela comunicação, marketing e relacionamento em geral. Só que, como existem também os pontos positivos, há aquelas que já estão abrindo as portas, ou melhor, as janelas dos navegadores para estes sites. A ideia, é que ao fazer isso, os benefi-

cios são maiores quando o assunto é valorização das ações e divulgação de projetos, campanhas e imagem da marca.

É o que levou o Sistema OCB/SESCOOP-PA (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará) a liberar o acesso, na sede, a estes serviços, e criar canais e perfis dentro deles para chegar até ao público-alvo (cooperados, autoridades e entidades de classe).

“Vejo isso como uma evolução da comunicação. Antes tínhamos apenas o *e-mail* e um informativo que, por ter uma periodicidade grande, acabava não cumprindo a função de informar. Então liberamos o acesso, criamos um *Twitter* (@ocbsescooppa) e *Orkut*, estamos providenciando uma página no *Facebook*. Todos que trabalham conosco têm acesso pelos *smartphones*”, explica o presidente do Sistema, Ernandes Raiol.

O objetivo é fazer com que a informação seja repassada da melhor forma possível e para uma maior quantidade de pessoas. A liberação do uso destes sites, no caso do OCB/SESCOOP-PA, fortalece a chamada comunicação *face-to-face*, mas feita pelo mundo virtual. Com o acesso permitido, cada empregado pode utilizar o perfil pessoal e, caso queira, divulgar alguma ação da instituição. “É uma política nacional. Quando liberamos, pensamos no caráter profissional, ou seja, em como a utilização destes meios poderia nos ajudar. É claro que precisamos criar hábitos para não extrapolar limites do bom senso”, diz Raiol.

Talvez ainda não dê para responder, com certeza, se as redes e mídias sociais são vilãs ou heroínas. Cautela parece ser a palavra de ordem neste momento. ◀



O associativismo fez com que a Master e a Iconbel se tornassem as primeiras empresas locais a atender a demanda de uniformes da Vale

Uma ajuda a mais para conduzir os negócios

METODOLOGIA DAS CÂMARAS SETORIAIS APRESENTA GRANDE OPORTUNIDADE PARA O EMPRESARIADO PARAENSE

Não há mais espaço para erros e equívocos para o empresário que quer entrar ou se manter em destaque no competitivo mercado paraense. Diante da previsão de um investimento bilionário no Estado, até 2014, as empresas devem buscar as melhores soluções para suas dificuldades, especialmente nas que atingem o seu setor específico. Uma dessas soluções é a câmara setorial, que funciona como uma espécie de

conselho das empresas que atuam em uma mesma área, permitindo mais força e representatividade na hora de resolver problemas comuns a todos eles.

As câmaras setoriais surgiram no Brasil no final dos anos de 1980 como uma tentativa de estabelecer um retrato da atividade segmentada, que visa identificar os problemas e indicar as melhores estratégias a se seguir. O grande diferencial dessa metodologia é

que ela trabalha diretamente com o nicho das empresas.

Ou seja, os problemas encontrados para os empresários são extremamente peculiares àquele setor e, com isso, consegue-se melhores resultados nas resoluções dessas dificuldades. Além disso, garante uma maior confiança dessas pequenas empresas que, por vezes, se sentem intimidadas pelas companhias maiores, e que estão há mais tempo no mercado.

Mas, para alcançar todos esses objetivos, a palavra-chave é o associativismo. O empresário que não acredita no potencial do associativismo empresarial estará com risco de não aproveitar o grande número de investimentos que vêm por aí.

Segundo Marcel Souza, consultor técnico do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), que irá implantar as câmaras setoriais com os seus fornecedores em 2011, a metodologia apresenta várias vantagens.

“Cada setor vive sua realidade. Seus problemas e, principalmente, suas soluções se diferenciam de área para área. As câmaras setoriais permitem que essas empresas, que dividem o mesmo segmento, possam identificar juntas as melhores estratégias para aquele momento, sejam elas de mão de obra, de infraestrutura física, de marketing e até mesmo de fornecedores”, aponta.



As câmaras setoriais permitem que essas empresas, que dividem o mesmo segmento, possam identificar juntas as melhores estratégias para aquele momento, sejam elas de mão de obra, de infraestrutura física, de marketing e até mesmo de fornecedores.”

MARCEL SOUZA, CONSULTOR DO PDF

CÂMARAS AJUDAM, MAS NÃO RESOLVEM

As câmaras setoriais podem ser comparadas às redes sociais, em que cada um busca um tipo específico de conteúdo em um grupo de pessoas. O que se procura em uma rede social de fotografias é diferente do que se procura em uma rede de empregos. “Você pode ter todas essas contas, porque quando buscar algo específico encontra na rede social própria para isso”, afirma Souza. Ele ainda complementa dizendo que as câmaras podem ajudar, justamente, quando se tiver um problema específico para aquele setor de atuação da empresa.

Mas o consultor técnico alerta que não é somente a implementação das câmaras que resolve os problemas. “Sem persistência, atitude e compromisso, será difícil melhorar os indicadores dos setores atendidos pelas câmaras”. Para ele, o empresário que não apostar no fortalecimento setorial do Pará, pode ficar pra trás.

Um exemplo de parceira que gera resultado é o processo de assessoria feito nas empresas Master e Iconbel, que atuam no setor de uniformes profissionais. Essa câmara setorial foi uma experiência realizada pelo PDF, juntamente com a Vale, Sebrae, Senai e o Sindicato de Confecções. As empresas foram orientadas na qualificação da mão de obra, bem como, na elaboração de propostas. Hoje, a Master e a Iconbel conseguiram ser as primeiras empresas paraenses a atender toda a demanda de uniformes da Vale no Pará.

O processo também possibilitou a integração entre as empresas de confecção e as indústrias têxteis para troca de experiências. ➔

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec
 Presidente: Flávio Junqueira Smith
 (91) 3230-3721
 flavio@castanhall.com.br

Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – Simava
 Presidente: Oseas Nunes de Castro
 (91) 3727-1512 / 3727-1016
 madeireiramais@hotmail.com

Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará
 Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
 (93) 9121-6220
 djvascon@yahoo.com.br

Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa
 Presidente: Carlos Jorge da Silva
 (91) 4009-4985 / 3241-5744
 sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Confeções de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa
 Presidente: Rita Arêas
 (91) 4009-4872
 sindusroupa@yahoo.com.br

Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindimóveis
 Presidente: Neudo Tavares
 (91) 3212-3318
 sindmoveis@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa
 Presidente: Antônio Pereira da Silva
 (91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
 Email: apereira@gropalma.com.br

Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa
 Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
 (91) 3223-7146 / 3242-7107
 simepa@simepa.com.br
 mrmarcos@marcosmarcelino.com.br

Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará
 Presidente: Ivan Palmeira Anijar
 (91) 3210-8800 / 3210-8843
 ivanijar@marmobraz.com.br

Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca
 Presidente: Armando Jose Romaguera Burle
 (91) 3241-4588 / 3241-2101
 sinpesca@interconnect.com.br
 sinpesca@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará
 Presidente: Jaime da Silva Bessa
 (91) 3224-6621
 jaymebessa@hotmail.com

Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá - Simaja
 Presidente: Jonas De Castro
 (94) 3345-1224 / 3345-1186

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon
 Presidente: Manoel Pereira dos Santos Júnior
 (91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
 secretaria@sindusconpa.org.br

Sindicato Da Ind. De Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá - Sindimar
 Presidente: João Batista Corrêa Filho
 Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
 68501-570. Marabá (PA)

Sindicato Da Indústria De Panificação Do Estado Do Pará – Sippa
 Presidente: Elias Pedrosa
 (91) 3222-5140 / 3241-1052
 sippa@fiepa.org.br

Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simene
 Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
 (91) 3721-3835 / 3711-0868
 simenepa@hotmail.com
 delegaciastanhall@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa
 Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos
 (91) 3224-4142 / 4009-4981
 fabio.sinconapa@fiepa.org.br
 sinconapa@fiepa.org.br

Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará
 Presidente: Juarez De Paula Simões
 (91) 3201-1500 / 3201-1508
 juarez.simoes@gruposimoes.com.br

Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. De Mad. de Paragominas Sindiserpa
 Presidente: Mario Cesar Lombardi
 (91) 3011-0053
 sindiserpa@nortnet.com.br

Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm
 Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
 (91) 3225-1788 / 4009-4883
 sindipalm@fiepa.org.br

Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará
 Presidente: Paulo Roberto Mendes
 (91) 3222-0339
 moinhoesperanca@hotmail.com

Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa
 Presidente: Lisio Dos Santos Capela
 (91) 3241-0349
 lscapela@gmail.com

Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur
 Presidente: Angelo Colombo
 simatur@mcoline.com.br

Sindicato Da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará
 Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
 (91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
 smdist@amazon.com.br
 vendas@grupostamaria.com.br

Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e De Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma
 Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
 (91) 3241-8176 / 4009-4876
 nilson@fiepa.org.br

Sindicato da Ind de Biscoitos, Massas e Café, Salgadinhos, Substâncias Aromáticas Doces e Conservas Alimentícias Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará.
 Presidente: Helio De Moura Melo Filho
 (91) 3711-0868
 siapa@linknet.com.br
 helio@hileia.com.br

Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará – Saitep
 Presidente: José Joaquim Diogo
 (91) 4009-4871



Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua - Sindimade
 Presidente: Cezar Remor
 (91)3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
 sindimade@sindimade.com.br

Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne
 Presidente: Dalberto Uliana
 (91) 3225-1128 / 4009-4886
 sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br

Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade
 Presidente: Rogério Bonato
 (91) 3335-1142

Sindicato das Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamã, Irituia Mãe do Rio e Aurora do Pará - Sincom
 Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa
 (91) 3446-2564 / 3446-1184
 sicomsmg@hotmail.com

Sindicato da Ind. Madeireira e Movelaria de Tailândia – Sindimata
 Presidente: João Batista Medeiros
 (91) 3752-1233 / 3752-1309
 sindimata@lidnet.com.br
 uniflor@uniflor.com.br

Sindicato da Ind. da Construção E do Mobiliário de Castanhall
 Presidente: Roberto Kataoka Oyama
 (91)3721-3835 / (91) 3711-0804
 delegaciastanhall@fiepa.org.br
 regina.cast@fiepa.org.br

Sindicato da Ind. de Serraria., Tanoaria. de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar
 Presidente: Deajar Francisco De Oliveira
 (91) 3783-1228
 org.contabeis@bol.com.br

Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará - Sindirepa
 Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
 (91) 3254-5826 / 3244-8844
 tecnover2@yahoo.com.br

Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas
 Presidente: Solange Motta
 (91)3212-2619
 sindfrutas@fiepa.org.br

Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingú - Simbax
 Presidente: Renato Mengoni Junior
 (93) 3515-3077
 simbaxaltmira@yahoo.com.br

Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Pará - Sindiferpa
 Presidente: Leonildo Borges Rocha
 (91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
 anaclaudia@sindiferpa.com.br

Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - Simineral
 Presidente: Eugênio Victorasso
 (91) 3230-4066
 andre@ibram.org.br

Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará
 Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 (94) 3322-1953
 sindleitpa@hotmail.com

Invista em você.

Faça um curso do SENAI e fique pronto para o mercado de trabalho.



Fazer um curso do SENAI significa abraçar novas oportunidades na vida. Novo emprego, melhoria salarial e maiores perspectivas de futuro. São mais de 200 cursos. Prepare-se para mudar de vida.

Escolha a área de sua preferência: Alimentos • Calçados • Confeções • Construção civil • Eletroeletrônica • Informática • Madeira e mobiliário • Mecânica automotiva • Mecânica industrial • Refrigeração • Segurança no trabalho • Segurança no transporte • Soldagem • Meio ambiente • Mineração.

Visite nosso site www.senaipa.org.br e escolha um curso próximo de você. São 14 unidades em 12 municípios do Pará.



NA FEIRA DA INDÚSTRIA VOCÊ ENCONTRA MUITO MAIS DO QUE PRODUTOS.

GRIFFO



X Informação **X** Novidades **X** Lazer pra família **X** Cultura



**X FEIRA DA
INDÚSTRIA
DO PARÁ**

Hangar, Belém, Pará
18 a 21 de maio, das 17 às 22 h

Sorteio
de 1 carro 0km



ORGANIZAÇÃO:

PATROCÍNIO:

REALIZAÇÃO:

WR
FEIRAS E CONGRESSOS

CNI

**GOVERNO DO
PARÁ**

SEBRAE

VALE

**FIEPA
SESI
SENAI
IEL**